



**QUADRO MACROECONÔMICO
BRASIL E NORDESTE
2000 A 2010**

**FEVEREIRO
2012**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Presidente:

Jurandir Santiago

Diretoria:

Isidro Moraes de Siqueira - Diretor de Controle e Risco

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro - Diretor de Negócios

Luiz Carlos Everton de Farias - Diretor de Administração de Recursos de Terceiros

Fernando Passos - Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais

José Sydrião de Alencar Júnior - Diretor de Gestão do Desenvolvimento

Stélio Gama Lyra Júnior - Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas - CIEST

Gerente: Fernando Luiz Emerenciano Viana

Elaboração:

Hamilton Reis de Oliveira

Colaboração:

Hermano José Pinho – Revisão Vernacular

Monalisa Lopes Pegado e Vivianne Benevides Militão - Formatação

Sumário

Apresentação	10
1 Nível de Atividade Econômica.....	11
1.1 Índices de Crescimento e Variação Real do PIB e PIB <i>Per Capita</i> no Brasil.....	11
1.2 Índices de Crescimento e Variação Real do PIB e PIB <i>Per Capita</i> no Nordeste.....	13
1.3 Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil	15
1.4 Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil	16
1.5 Atividade Industrial no Brasil.....	18
1.6 Atividade Industrial no Nordeste.....	19
1.7 Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil	20
1.8 Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação no Nordeste.....	21
1.9 Evolução do Nível de Preços no Brasil e Nordeste	22
1.10 Política Monetária e Sistema de Metas para a Inflação no Brasil	23
2 Emprego e Rendimentos do Fator Trabalho.....	24
2.1 Evolução do Emprego e Desemprego no Total das Regiões Metropolitanas.....	25
2.2 Evolução do Emprego e Desemprego em Salvador e Recife	26
2.3 Evolução do Emprego Formal e Informal no Total das Regiões Metropolitanas	27
2.4 Evolução do Emprego Formal e Informal em Salvador e Recife.....	29
2.5 Evolução do Emprego Formal no Brasil e Nordeste	31
2.6 Evolução da Remuneração Média Mensal Real do Emprego Formal no Brasil e Nordeste.....	32
2.7 Evolução da Massa Salarial do Emprego Formal: Brasil e Nordeste.....	34
2.8 Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB.....	38

3	Finanças Públicas	39
3.1	Evolução da DLSP - Dívida Líquida do Setor Público no Brasil.....	39
3.2	Evolução da NFSP - Necessidades de Financiamento do Setor Público no Brasil	40
3.3	DLSP e NFSP na Região Nordeste.....	41
4	Setor Externo	42
4.1	Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil.....	43
4.2	Evolução da Taxa de Câmbio Nominal no Brasil.....	44
4.3	Saldo do Comércio Exterior - Brasil e Nordeste	45
4.4	Composição da Pauta de Exportações e Importações Brasileira por Fator Agregado...47	
4.5	Composição da Pauta de Exportações e Importações Nordestinas por Fator Agregado	49
4.6	Estoque de Reservas Internacionais no Brasil	51
5	Operações de Crédito no Brasil	52
5.1	Proporção do Saldo Total das Operações de Crédito com o PIB - Brasil	52
5.2	Proporção do Saldo Total das Operações de Crédito no Nordeste com o PIB - Nordeste	54
5.3	Saldo Total das Operações de Crédito com Recursos Livres no Brasil.....	55
5.4	Saldo Total das Operações de Crédito com Recursos Direcionados no Brasil	56
5.5	Saldo das Operações de Crédito das Agências Oficiais de Fomento no Nordeste.....	57
	Referências	78

Lista de Tabelas

Tabela 1 - PIB e PIB <i>Per Capita</i> do Brasil a Preços Correntes e a Preços Constantes - 2000 a 2010	59
Tabela 2- PIB e PIB <i>Per Capita</i> do Nordeste a Preços Correntes e a Preços Constantes - 2000 a 2010	59
Tabela 3 – Componentes do PIB pela Ótica da Demanda a Preços Constantes: Brasil - 2000 a 2010	60
Tabela 4- Componentes do PIB pela Ótica da Produção a Preços Constantes: Brasil - 2000 a 2010	60
Tabela 5 - Taxas Médias de Crescimento (TMC) do PIB e PIB <i>Per Capita</i> no Brasil - Décadas de 90 e de 00	61
Tabela 6- Taxas Médias de Crescimento (TMC) do PIB e PIB <i>Per Capita</i> no Nordeste - Décadas de 90 e de 00	61
Tabela 7: Índices de Produção Física Industrial no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010	62
Tabela 8: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) no Brasil (%) - 2000 a 2010	62
Tabela 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação no Nordeste (%) - 2002 a 2010.....	63
Tabela 10: IPCA Acumulado no Ano (%). Principais Regiões Metropolitanas - 2006 a 2010 ...	63
Tabela 11: IPCA Acumulado por categorias (%). Total das Regiões Metropolitanas - 2006 a 2010	63
Tabela 12: Sistema de Metas para a Inflação - 2000 a 2010	64
Tabela 13: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado nas Principais Regiões Metropolitanas - 2002 a 2010	64
Tabela 14: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais nas Principais Regiões Metropolitanas - 2002 a 2010	65
Tabela 15: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado em Salvador - 2002 a 2010	65
Tabela 16: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais em Salvador - 2002 a 2010	66
Tabela 17: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado em Recife - 2002 a 2010.....	66

Tabela 18: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais em Recife - 2002 a 2010.....	67
Tabela 19: Evolução do Estoque de Empregos Formais no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010 .	67
Tabela 20: Evolução da Remuneração Média Anual - BR e NE - 2000 a 2010	68
Tabela 21: Evolução da Massa Salarial do Emprego Formal no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010	68
Tabela 22: Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB - 2000 a 2010	69
Tabela 23: Dívida Líquida do Setor Público no Brasil - 2001 a 2010	69
Tabela 24: Dívida Líquida do Setor Público por Agentes no Brasil - 2001 a 2010.....	70
Tabela 25: Necessidades de Financiamento do Setor Público no Brasil - 2001 a 2010.....	70
Tabela 26: Resultado Primário (Setor Público) por Agentes - 2002 a 2010	71
Tabela 27: Perfil das Finanças Públicas do Nordeste - 2007 a 2010.....	71
Tabela 28: Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil - 2000 a 2010	72
Tabela 29: Saldo em Transações Correntes - 2000 a 2010.....	72
Tabela 30: Saldo Conta Capital e Financeira - 2000 a 2010	73
Tabela 31: Saldo do Comércio Exterior - Brasil e Nordeste - 2000 a 2010.....	73
Tabela 32: Pauta de Exportações do Brasil por Fator Agregado - 2000 a 2010.....	73
Tabela 33: Pauta de Importações do Brasil por Fator Agregado - 2000 a 2010.....	74
Tabela 34: Pauta de Exportações do Nordeste por Fator Agregado - 2000 a 2010.....	74
Tabela 35: Pauta de Importações do Nordeste por Fator Agregado - 2000 a 2010.....	74
Tabela 36: Evolução do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil - 2000 a 2010.....	75
Tabela 37: Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Instituições Financeiras Públicas e Privadas - 2000 a 2010	75
Tabela 38: Saldo das Operações de Crédito no Nordeste - Pessoa Física e Jurídica - 2004 a 2010	76
Tabela 39: Saldo das Operações de Crédito com Recursos Livres no Brasil - 2000 a 2010....	76
Tabela 40: Saldo das Operações de Crédito com Recursos Direcionados no Brasil - 2000 a 2010	77
Tabela 41: Saldo das Operações de Crédito das Agências Oficiais de Fomento no Nordeste - 2000 a 2010	77

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB no Brasil - 2000 a 2010.....	11
Gráfico 2: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB <i>Per Capita</i> no Brasil - 2000 a 2010	12
Gráfico 3: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB no Nordeste - 2000 a 2010.....	13
Gráfico 4: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB <i>Per Capita</i> no Nordeste - 2000 a 2010	14
Gráfico 5: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil - 2000 a 2010	15
Gráfico 6: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil - 2000 a 2010	16
Gráfico 7: Produção Física por Seção Industrial no Brasil (Número Índice) – 2000 a 2010...	18
Gráfico 8: Produção Física por Seção Industrial no Nordeste (Número Índice) – 2000 a 2010	19
Gráfico 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil (%) – 2000 a 2010	20
Gráfico 10: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Trasformação no Nordeste (%) – 2000 a 2010.....	21
Gráfico 11: Evolução do Nível de Preços no Brasil e Nordeste (%) – 2006 a 2010.....	22
Gráfico 12: Política Monetária e Sistema de Metas para a Inflação no Brasil – 2000 a 2010	23
Gráfico 13: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA - Total das Regiões Metropolitanas (%) – 2002 a 2010	25
Gráfico 14: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA em Salvador (%) – 2002 a 2010	26
Gráfico 15: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA em Recife (%) – 2002 a 2010	26
Gráfico 16: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Total das Principais Regiões Metropolitanas (%) - 2002 a 2010.....	28

Gráfico 17: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Salvador (%) – 2002 a 2010	29
Gráfico 18: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Recife (%) - 2002 a 2010	30
Gráfico 19: Variação Anual do Emprego Formal - Brasil e Nordeste (%) - 2000 a 2010	31
Gráfico 20: Crescimento Acumulado do Emprego Formal - Brasil e Nordeste – 2000 a 2010	32
Gráfico 21: Variação Anual das Remunerações Médias no Emprego Formal no Brasil e Nordeste (%) – 2000 a 2010	33
Gráfico 22: Crescimento Acumulado das remunerações Médias no Emprego Formal no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010	34
Gráfico 23: Variação Anual da Massa Salarial no Emprego Formal no Brasil e Nordeste (%) – 2000 a 2010	35
Gráfico 24: Crescimento Acumulado da Massa Salarial no Emprego Formal no Brasil e Nordeste – 2000 a 2010	36
Gráfico 25: Proporção da Massa Salarial no PIB – Brasil e Nordeste (%) - 2000 a 2010	37
Gráfico 26: Crescimento Acumulado do Salário Mínimo e do PIB - 2000 a 2010.....	38
Gráfico 27: Proporção da DLSP no PIB no Brasil (%) - 2001 a 2010	39
Gráfico 28: Proporção da NFSP no PIB no Brasil (%) - 2001 a 2010	40
Gráfico 29: DLSP e NFSP no Nordeste (R\$ bilhões) - 2007 a 2010	41
Gráfico 30: Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil (US\$ bilhões – FOB) – 2000 a 2010 ...	43
Gráfico 31: Evolução da Taxa de Câmbio Nominal no Brasil (R\$/US\$) – 2000 a 2010.....	44
Gráfico 32: Saldo da Balança Comercial no Brasil (US\$ bilhões - FOB) - 2000 a 2010	45
Gráfico 33: Saldo da Balança Comercial no Nordeste (US\$ bilhões - FOB) - 2000 a 2010 ...	46
Gráfico 34: Composição da Pauta de Exportações do Brasil por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010	47
Gráfico 35: Composição da Pauta de Importações do Brasil por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010	48
Gráfico 36: Composição da Pauta de Exportações do Nordeste por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010	49
Gráfico 37: Composição da Pauta de Importações do Nordeste por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010	50

Gráfico 38: Crescimento Acumulado do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil (Número Índice) - 2000 a 2010	51
Gráfico 39: Proporção do Saldo das Operações de Crédito/PIB no Brasil (%) – Instituições Financeiras Públicas e Privadas – 2000 a 2010	52
Gráfico 40: Proporção do Saldo das Operações de Crédito/PIB no Nordeste (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2004 a 2010	54
Gráfico 41: Proporção do Saldo das Operações de Crédito com Recursos Livres/PIB no Brasil (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2000 a 2010	55
Gráfico 42: Proporção do Saldo das Operações de Crédito com Recursos Direcionados/PIB no Brasil (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2000 a 2010	56
Gráfico 43: Proporção do Saldo das Operações de Crédito das Agências Oficiais de Fomento/PIB (%) no Nordeste – 2005 a 2010	57

Apresentação

O documento “Quadro Macroeconômico: Brasil e Nordeste – 2000 a 2010” foi elaborado pelo Banco do Nordeste do Brasil, através da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas (CIEST), do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), tendo como objetivo retratar a evolução da economia Brasileira e da Região Nordeste, de 2000 a 2010, apresentando o comportamento dos principais agregados macroeconômicos e suas variações nesse período.

Apresentado de forma sintética, predominantemente sob a forma de gráficos, os quais mostram os dados trabalhados (as tabelas com os dados brutos encontram-se no final do documento), o trabalho foi desenvolvido visando transformar os dados disponíveis sobre agregados macroeconômicos em informações úteis a serem utilizadas em análises posteriores sobre as tendências relativas ao comportamento do nível de atividade, mercado de trabalho, finanças públicas, comércio exterior e crédito, temas abordados no documento. Os comentários adicionais não pretendem se constituir em análise sobre os temas abordados, mas tão somente facilitar o entendimento sobre o comportamento das variáveis econômicas a que eles pertencem, dentro da série histórica que se pretende estudar, de 2000 a 2010.

Espera-se, com a sistematização das informações sobre os agregados macroeconômicos apresentados neste trabalho, uma significativa contribuição no sentido de estimular o debate, bem como facilitar a elaboração de outros estudos nesta área de conhecimento, permitindo aos pesquisadores focarem os seus esforços na análise do conteúdo.

1 Nível de Atividade Econômica

Neste primeiro tópico, serão demonstradas inicialmente as variações ocorridas - no Brasil e, quando possível, no Nordeste - com o PIB e o PIB *Per Capita* e seus Componentes (pela Ótica da despesa e do produto), em seguida, as ocorridas com as atividades industrial e comercial e por último, a evolução do nível de Preços e taxa de juros enquanto instrumento de política monetária entre os anos 2000 a 2010.

1.1 Índices de Crescimento e Variação Real do PIB e PIB *Per Capita* no Brasil

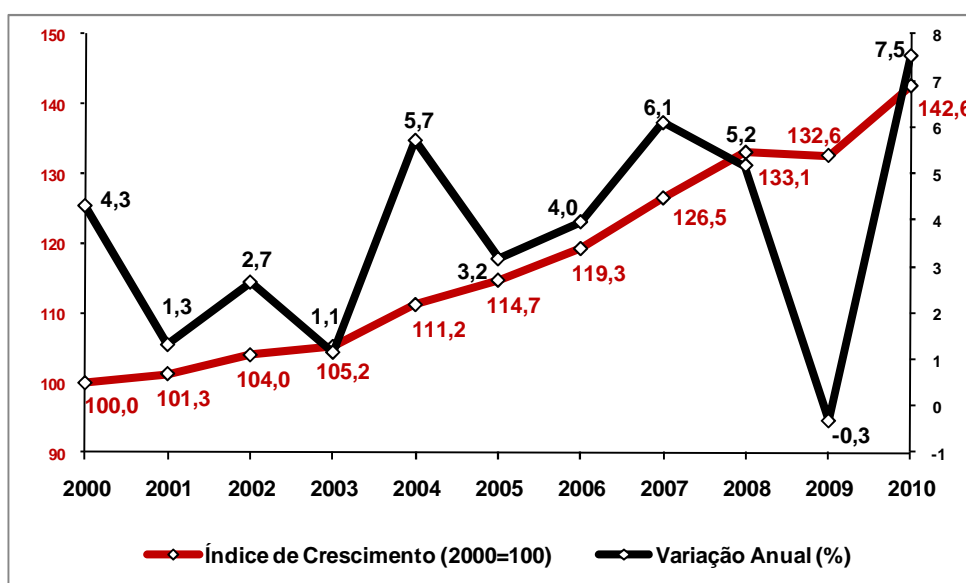


Gráfico 1: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB no Brasil - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais.

Obs.: Índices calculados a partir dos valores do PIB a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

As variações anuais em termos reais do PIB no Brasil apresentaram considerável oscilação no período de 2000 a 2010, mas dentro de uma trajetória de crescimento solidamente ascendente, o que é demonstrado pelo (Gráfico 01). O PIB nacional expandiu-se consideravelmente em 2004, 2007 e 2010 em confronto com os anos imediatamente anteriores; contudo, o maior destaque do período se consistiu no forte recuo de -0,3% em 2009 (menos R\$ 11,5 bilhões em relação a 2008), seguido de igual e imediata recuperação, de 7,5% em 2010, pelo ingresso de R\$ 264,1 bilhões no produto. Em valores monetários e Constantes, o PIB cresceu de R\$ 2,6 trilhões em 2000, para R\$ 3,7 trilhões em 2010 (Tabela 01), o que corresponde a um acréscimo de 42,6% no produto nesse período (Ver índice de crescimento acumulado no Gráfico 01), resultante de uma taxa média de crescimento anual de

3,6% ao ano do PIB nesse período, superando, por sinal, em mais de um (01) ponto percentual a taxa média de crescimento alcançada pelo produto no período anterior, 2,5% ao ano (Tabela 05).

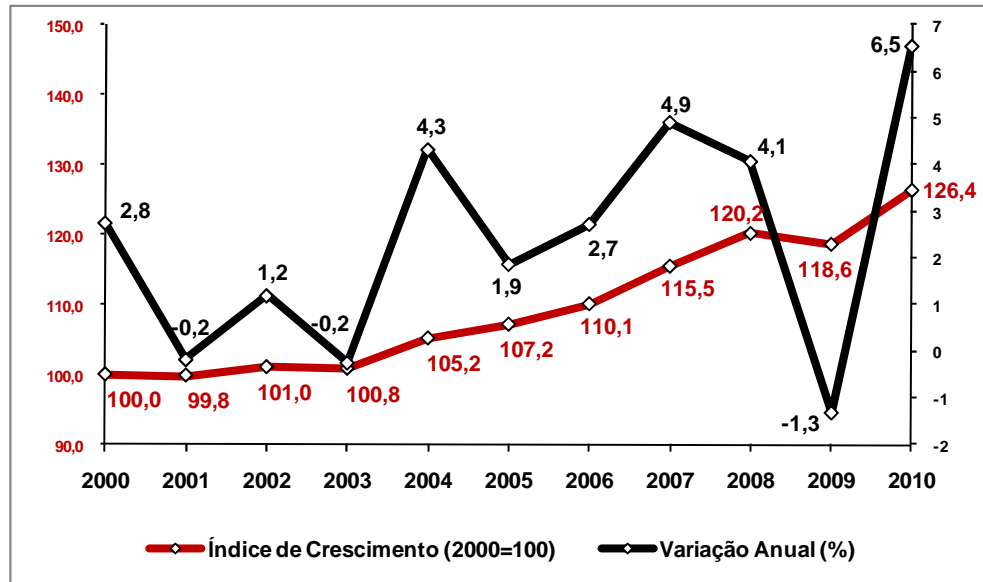


Gráfico 2: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB *Per Capita* no Brasil - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais.

Obs.: Índices calculados a partir dos valores do PIB a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A evolução anual do PIB *Per Capita*, por sua vez, apresentou-se de forma muito similar ao PIB, excetuando o fato de que foi observado um maior número de recuos no índice de variação anual (ou retração do produto *Per Capita*), a saber, em 2001, 2003 e 2009 (Gráfico 02). Neste último ano, o recuo do PIB *Per Capita* foi mais acentuado do que o PIB, - 1,3% em relação a 2008, compensado, entretanto, pela forte recuperação de 6,5% em 2010. O PIB *Per Capita* finaliza a série histórica em aproximadamente R\$ 19,5 mil (Tabela 01), o que significa um acréscimo relativo de 26,4% entre 2000-2010, decorrente de uma taxa média de crescimento anual de 2,4% ao ano no período, inferior à observada para o PIB, mas superando significativos 1,4 ponto percentual a taxa de crescimento ocorrida no período anterior, 0,9% ao ano (Tabela 05).

1.2 Índices de Crescimento e Variação Real do PIB e PIB *Per Capita* no Nordeste

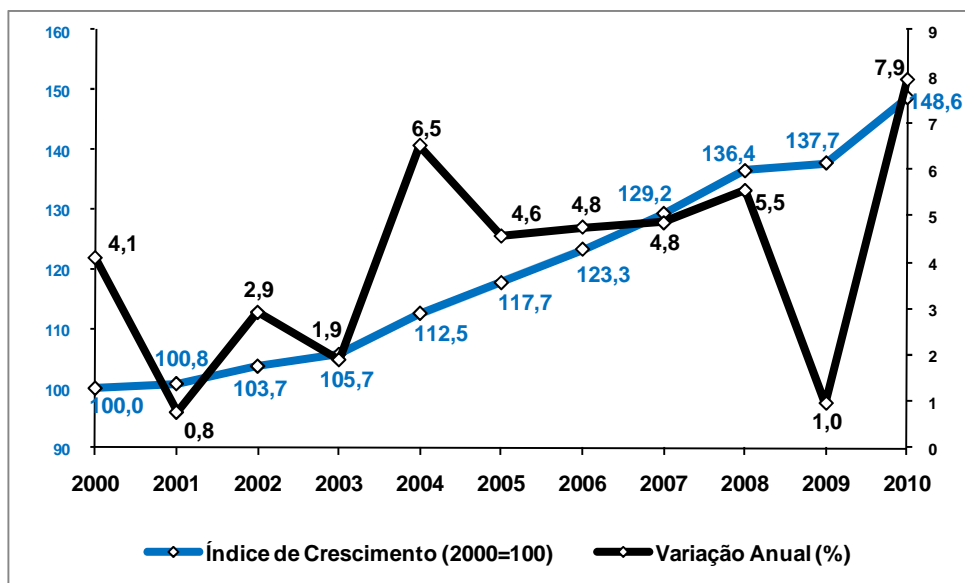


Gráfico 3: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB no Nordeste - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Regionais.

Obs.: 1) Índices calculados a partir dos valores do PIB do Nordeste a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

2) Os dados de contas regionais só foram divulgados até 2009. O valor do PIB em 2010 é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O perfil das Taxas de variação real e de índices de crescimento acumulado do PIB do Nordeste é ligeiramente favorável (Gráfico 03) em relação ao mostrado no plano nacional. Com relação à expansão anual, o PIB do Nordeste atinge seus maiores tetos em 2004 e 2010, 6,5% e 7,9%, respectivamente, superiores ao observado no plano nacional no mesmo período. Por outro lado, a despeito do fraco crescimento nos anos de 2001 (0,8%) e 2009 (1,0%), não se observaram, ao contrário do PIB nacional, recuos do PIB nordestino em todo o período. Para avaliar o crescimento do PIB nordestino no período, para fins de comparação com o PIB nacional, utilizou-se uma projeção do mesmo para o ano de 2010¹ e, de acordo com a mesma, o PIB nordestino a Preços Constantes atinge, nesse ano, o valor de R\$ 500 bilhões (Tabela 02), o correspondente a uma expansão em torno de 48,6% na comparação com o ano de 2000 (ver índice de crescimento no Gráfico 03), superando o crescimento acumulado do PIB nacional no mesmo período. A taxa média de crescimento anual do PIB nordestino nesses dez anos, 4,0% ao ano, supera a taxa de crescimento do PIB nacional em 0,4 ponto percentual e a taxa ocorrida no período anterior em 1,8 ponto percentual (Tabela 06).

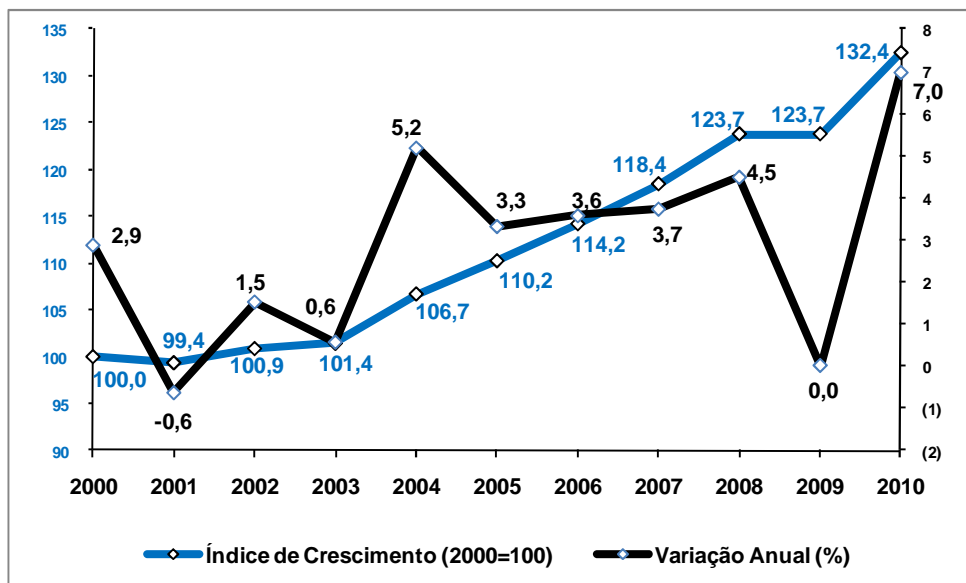


Gráfico 4: Índices de Crescimento e Variação Real do PIB Per Capita no Nordeste - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Regionais.

Obs.: 1) Índices calculados a partir dos valores do PIB do Nordeste a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

2) Os dados de contas regionais só foram divulgados até 2009. O valor do PIB em 2010 é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em comparação com o PIB *Per Capita* do Brasil, o PIB *Per Capita* do Nordeste manteve índices de crescimento anual superiores durante a década, exceto somente em 2007, quando seu crescimento anual foi superado pelo o do PIB *Per Capita* nacional em 1,2 ponto percentual (Gráfico 04). Com relação aos recuos do PIB *Per Capita*, no Nordeste eles foram menos numerosos, assim como menos acentuados se confrontados aos ocorridos no Brasil (comparar Gráficos 02 e 04). Para fins de obtenção do crescimento acumulado do PIB *Per Capita* nordestino no período, também se realizou uma estimativa para o mesmo para o ano de 2010. De acordo com a mesma, o PIB *Per Capita* alcança o valor de R\$ 9,2 mil no Nordeste (Tabela 02), o equivalente a uma expansão de 32,4% em relação ao ano de 2000 (Gráfico 04). A taxa média de crescimento anual do PIB *Per Capita* nordestino, 2,8% ao ano, no período 2000 – 2010 superou à do PIB *Per Capita* nacional em 0,4 ponto percentual e também foi mais representativa em confronto com o ritmo de crescimento do PIB *Per Capita* nordestino no período 1990 – 2000, cuja taxa média de crescimento foi de 0,9% ao ano.

É importante salientar que, mesmo com os resultados positivos, o PIB *Per Capita* observado no Nordeste, considerando a média do período, R\$ 7,8 mil a Preços de 2010, ainda não atinge a metade do PIB *Per Capita* médio do Brasil, R\$ 16,9 mil, já que a razão entre ambos no período em questão situou-se em torno de 46,3%.

1.3 Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil

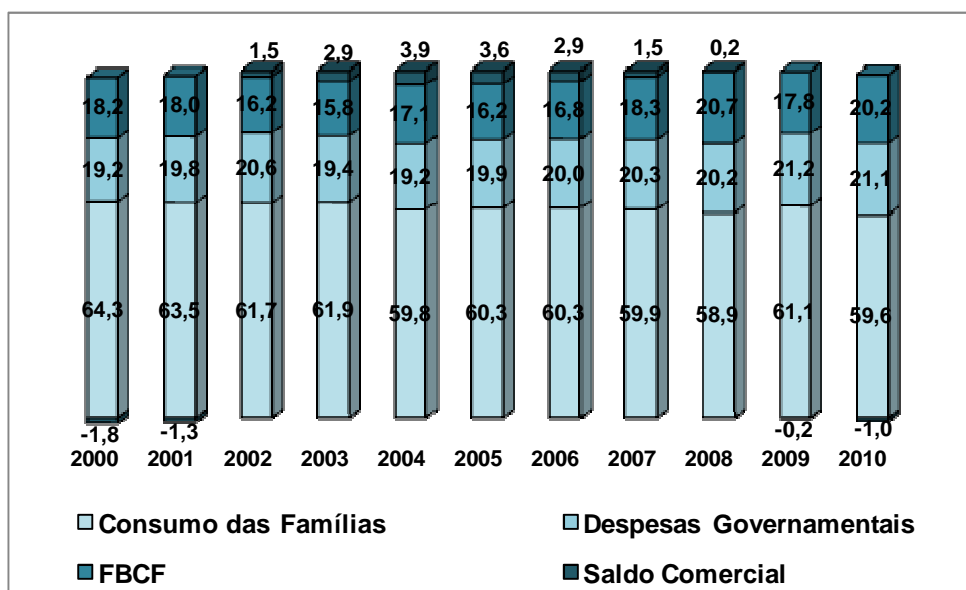


Gráfico 5: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Despesa no Brasil - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais.

Obs.: Índices calculados a partir dos valores do PIB a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Na composição do PIB, segundo a Ótica da despesa e a Preços Constantes, o consumo das famílias foi o agregado com maior participação relativa durante o período entre 2000 e 2010, em média, 61% do PIB, seguido pelos gastos públicos, 20,1%, pela formação bruta de capital fixo (FBCF), 17,8% e pelo saldo comercial (exportações menos importações) 1,1%.

Embora as despesas de consumo de bens finais a Preços Constantes tivessem uma expansão relativa em torno de 32,2%, elevando-as de R\$ 1,7 trilhão para R\$ 2,2 trilhões entre 2000 e 2010 (Tabela 03), a sua relação com o PIB apresentou um recuo ao longo do período abordado, 4,7 pontos percentuais (Gráfico 05), uma vez que essa expansão não acompanhou a observada para o PIB, 42,6% (Gráfico 01), diferentemente do ocorrido com as despesas governamentais e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

De fato, as despesas governamentais cresceram tanto em termos absolutos como também em relação ao PIB. No período compreendido, o consumo do governo teve uma variação positiva de 57,3%, significando uma variação de R\$ 506,6 bilhões, em 2000, para R\$ 797,3 bilhões em 2010 (Tabela 03), ou crescimento de 1,9 ponto percentual (Gráfico 05), revelando o aumento considerável das despesas governamentais na formação do PIB no Brasil entre 2000 e 2010.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou taxa de investimento da economia, atingiu em 2010 um crescimento relativo de 58,1% em relação ao ano de 2000, superando não apenas o crescimento do próprio PIB, mas também o crescimento dos demais agregados que o compõem. Isso equivale a uma variação absoluta de R\$ 482,4 para R\$ 707,4 bilhões no período (Tabela 03), ou acréscimo de 2,0 pontos percentuais (Gráfico 05). Em destaque, a recuperação de 22% em 2010, em relação à forte queda ocorrida em 2009, onde os investimentos diretos sofreram uma retração em torno de 14% em relação a 2008.

O saldo comercial inicia a série histórica com déficits de 1,8 e 1,3% do PIB (R\$ 46,6 e R\$ 35,2 bilhões a Preços Constantes) em 2000 e 2001 – Tabela 03. A partir de 2002, inicia-se uma trajetória de recuperação, vindo a alcançar, em 2004, um superávit de R\$ 113,9 bilhões (3,9% do PIB – Gráfico 05), seu melhor resultado no período. A partir de 2005, os superávits iniciam trajetória inversa, declinando sucessivamente, finalizando o período com um déficit aproximado de 1% do PIB (R\$ 38,8 bilhões) em 2010.

1.4 Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil

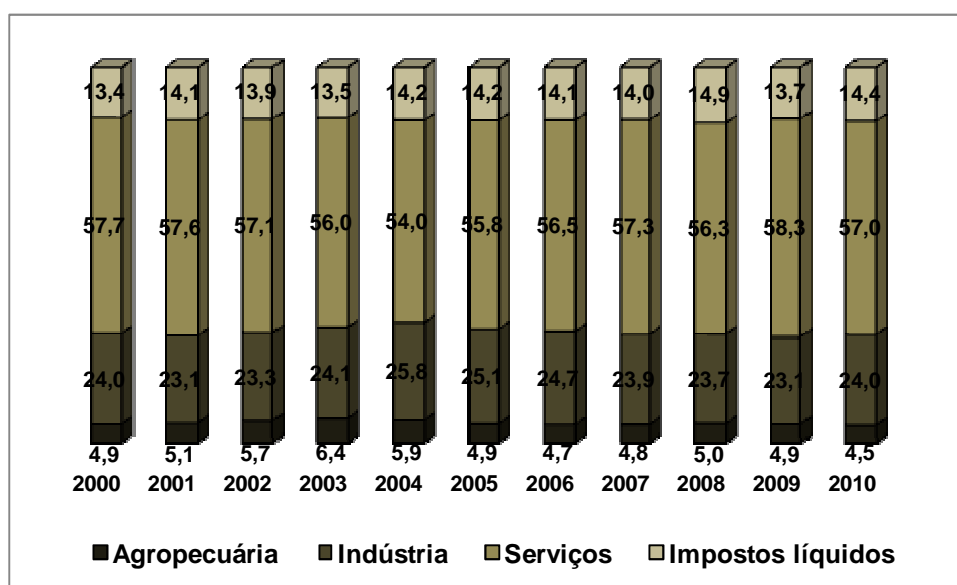


Gráfico 6: Participação Relativa dos Agregados do PIB pela Ótica da Produção no Brasil - 2000 a 2010

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais.

Obs.: Índices calculados a partir dos valores do PIB a Preços de 2010, corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O setor de serviços teve a maior participação na formação do PIB pela Ótica da Produção entre 2000 e 2010, em média 56,7%, seguido pelo setor industrial, 24,1%, pelos impostos líquidos de subsídios, 14,0% e pelo setor agropecuário, 5,2% (Gráfico 06).

O setor agropecuário adicionou R\$ 42,8 bilhões entre 2000 e 2010 (Tabela 04), o correspondente ao menor percentual de crescimento relativo no período, 33,4%. Seu melhor desempenho na formação do produto ocorreu em 2003, com uma participação relativa de 6,4%, mas sendo a partir daí decrescente, atingindo, em 2010, 4,5% de participação no valor adicionado bruto, ou menos 0,4 ponto percentual em relação ao ano de 2000 (Gráfico 06).

O setor industrial adicionou R\$ 270,8 bilhões na formação do valor adicionado bruto no período (Tabela 04), os quais correspondem a uma expansão de 42,6% nesse período. O melhor desempenho da indústria no período se deu em 2004, quando adicionou cerca de 25,8% do valor adicionado bruto, cuja participação, entretanto, torna-se declinante a partir de então, atingindo em 2010 o percentual de 24%, o mesmo verificado no ano 2000 (Gráfico 06).

O setor de serviços, por sua vez, adicionou R\$ 623,7 bilhões ao valor adicionado bruto, ou um aumento relativo em torno de 40,8% entre 2000 e 2010 (Tabela 04). O setor experimenta um declínio na sua proporção com o valor adicionado na primeira metade da década, atingindo em 2004 o piso de 54%; a trajetória inverte-se em 2005, adquirindo perfil ascendente, atingindo em 2009 o teto de 58,3%, seu melhor desempenho no período. O setor finaliza a série histórica com uma participação de 57% do valor adicionado bruto, 1,3 ponto percentual a menos em comparação a 2009 e 0,7 ponto em relação ao início da série em 2000 (Gráfico 06).

Os impostos líquidos de subsídios, em confronto com os demais Componentes do PIB pela Ótica da Produção, tiveram uma expansão relativa significativamente superior no período, 53,4%, o correspondente a um acréscimo de R\$ 189,1 bilhões em impostos incidentes sobre a Produção. Em relação ao PIB, os impostos líquidos, ao contrário dos outros setores, elevaram o seu percentual no período, de 13,4% em 2000 para 14,4% em 2010 (Gráfico 06).

1.5 Atividade Industrial no Brasil

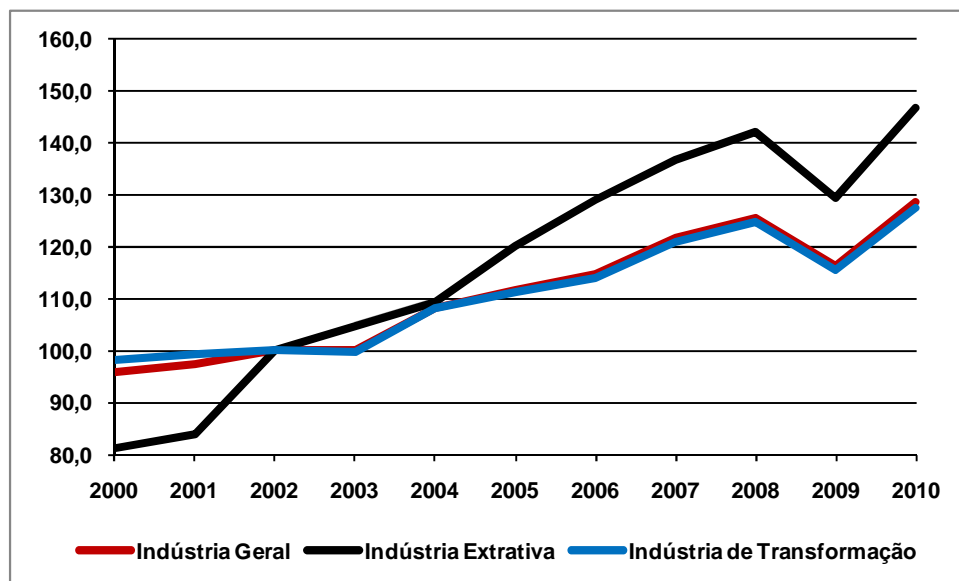


Gráfico 7: Produção Física por Seção Industrial no Brasil (Número Índice) – 2000 a 2010

Fonte: IBGE/ Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

Obs.: Índice mensal de base fixa sem ajuste sazonal (base: 2002=100).

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Os índices de Produção física industrial no Brasil², de modo geral, mantiveram uma consistente trajetória de alta no período estudado (Gráfico 07). Nesse período, o crescimento acumulado da indústria geral e da indústria de transformação foi praticamente equivalente, com uma leve superioridade para a primeira (Tabela 07). Contudo, a expansão da Produção da indústria extrativa mostrou-se superior no geral, alcançando em 2008, aproximadamente 42%, contra 25,5% da indústria geral, em comparação com 2002 (Tabela 07). Apesar do recuo expressivo da Produção industrial em geral, em 2009, a indústria extrativa manteve um índice de Produção significativamente superior frente à Produção realizada pela indústria de transformação e indústria geral, mantida, inclusive, na recuperação da Produção industrial em 2010 (Gráfico 07). Deve-se destacar que essa recuperação foi razoavelmente expressiva para os três segmentos industriais, uma vez que os seus índices de Produção física foram superiores aos ocorridos em 2008 (Tabela 07).

1.6 Atividade Industrial no Nordeste

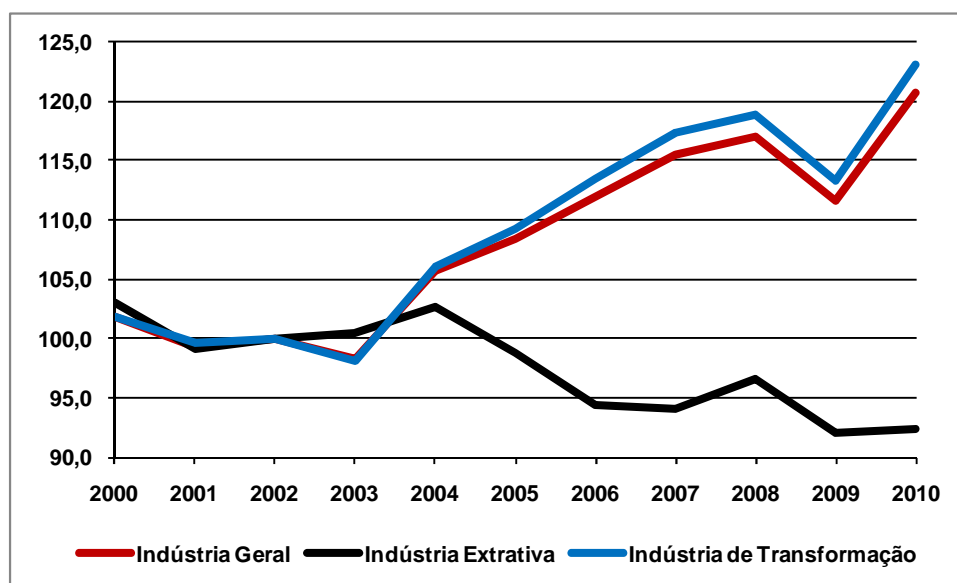


Gráfico 8: Produção Física por Seção Industrial no Nordeste (Número Índice) – 2000 a 2010

Fonte: IBGE/ Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

Obs.: Índice mensal de base fixa sem ajuste sazonal (base: 2002=100).

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A Produção física da indústria em geral no Nordeste, da mesma forma que a Produção industrial geral no Brasil, apresentou índices de crescimento ascendentes no mesmo período, mas diferentemente do quadro nacional, o crescimento da Produção industrial nordestina é impulsionado pela Produção física gerada na seção das indústrias de transformação, uma vez que, também em contraste com o plano nacional, a contribuição da indústria extrativa apresenta uma trajetória inversa, de queda progressiva e acentuada de sua Produção (Gráfico 08), recuando, em 2010, em torno de 10 pontos em relação ao teto de 102,6 pontos atingido em 2004 (Tabela 07). Após um recuo de 1,7% em 2003, a Produção física da indústria de transformação recupera-se de forma consistente nos anos seguintes, atingindo um teto aproximado de 19% em 2008 em relação a 2002 (Tabela 07). Seguindo o quadro nacional, a Produção da indústria de transformação nordestina também recua em 2009, porém de forma menos acentuada, 5,6 pontos, contra 9,1 pontos para o Brasil em relação a 2008, mas recupera-se consideravelmente, em 2010, ao superar em 4,2 pontos o índice observado em 2008 (Tabela 07).

1.7 Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil

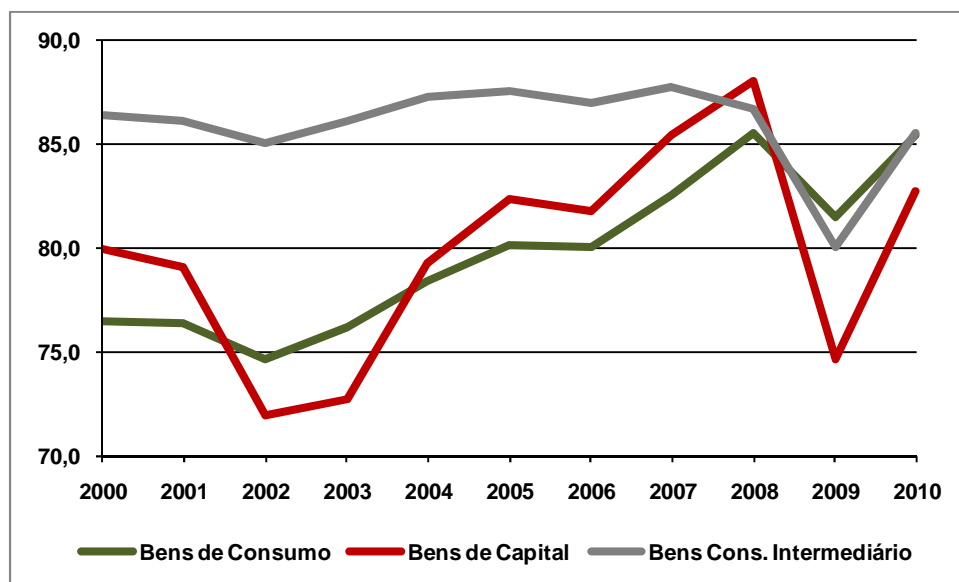


Gráfico 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria por Categorias de Uso no Brasil (%) – 2000 a 2010

Fonte: BCB/Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Os índices são uma média anual uma vez que são divulgados trimestralmente pela fonte.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

As indústrias de bens de consumo final, de bens de capital e de bens intermediários, alcançaram percentuais superiores a 70% no nível de utilização da capacidade instalada (NUCI)³ no período compreendido entre 2000 e 2010 (Gráfico 09). Ao contrário da indústria de bens intermediários, que manteve um grau estável e elevado, acima de 80%, de utilização dos fatores de Produção (Tabela 08), as indústrias de bens de consumo final e de bens de capital expandiram seu nível de ocupação, principalmente entre 2002 a 2008, sendo que a indústria de bens de capital atinge nesse último ano o teto de 88% de ocupação dos fatores, cerca de 16 pontos acima da taxa ocorrida em 2002. A expansão do nível de ocupação da indústria de bens de consumo final nesse mesmo intervalo foi menos acentuada, em torno de 11%, embora tenha se realizado com menos oscilações em comparação com a ocorrida com a indústria de bens de capital (Tabela 08). Em comum para os três setores, a queda acentuada em 2009, em especial, no nível de ocupação da indústria de bens de capital, o qual recuou 13,4 pontos em comparação com 2008, muito acima dos recuos ocorridos na indústria de bens intermediários, menos 6,7 pontos, e na indústria de bens de consumo final, menos 4,1 pontos (Tabela 08), seguida de uma tendência de recuperação em 2010.

1.8 Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação no Nordeste

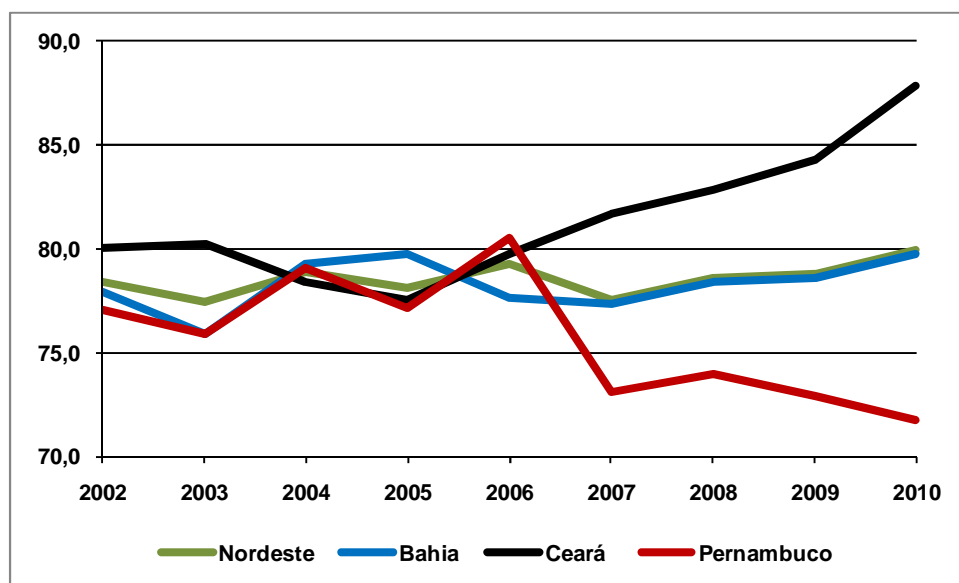


Gráfico 10: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação no Nordeste (%) – 2000 a 2010

Fonte: FIEC/INDI/Unidade de Economia e Estatística – UEE.

Obs.: Os índices são uma média anual uma vez que são divulgados mensalmente pela fonte.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Os únicos dados disponíveis sobre o nível de utilização da capacidade instalada na Região Nordeste não trazem informações ao nível de “Categorias de Uso”, somente para a indústria de transformação como um todo. O nível de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação no Nordeste também foi superior a 70% (Gráfico 10), segundo dados divulgados pela FIEC/INDI/Unidade de Economia e Estatística – UEE, com destaque para o Estado do Ceará, no qual, a partir de 2005, a taxa de ocupação dos fatores de Produção na indústria de transformação expandiu-se consideravelmente, atingindo quase 88% em 2010, 08 pontos acima da registrada em 2002 (Tabela 09). Em oposição, o nível de utilização dos fatores da indústria de transformação do Estado de Pernambuco registrou queda expressiva a partir de 2006, caindo de 80,5% para 71,7% em 2010, resultado inferior até mesmo ao observado em 2002 (Tabela 09). Por sua vez, o nível de utilização das indústrias de transformação do Estado da Bahia no período manteve-se estável, próximo ao patamar de 80%, praticamente alinhando-se, a partir de 2007, à taxa de utilização do Nordeste.

1.9 Evolução do nível de Preços no Brasil e Nordeste

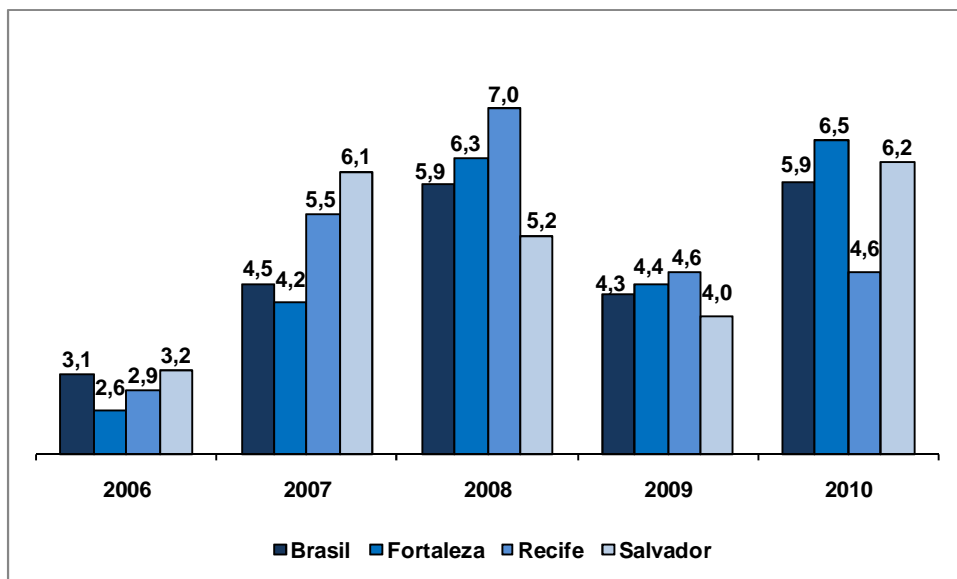


Gráfico 11: Evolução do Nível de Preços no Brasil e Nordeste (%) – 2006 a 2010

Fonte: IBGE/SIDRA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Obs.: Índice - Percentual acumulado no ano.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A inflação mensal, medida pelo IPCA, teve um curso ascendente no Brasil em seu conjunto e também na região Nordeste, aqui representada pelas capitais dos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, no período de 2006 a 2008 (Gráfico 11), com destaque para Recife e Fortaleza, localidades em que o nível de Preços manteve um ritmo consistente de alta, atingindo em dezembro de 2008 uma variação de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior na Região Metropolitana de Recife – a mais alta variação de todo o período - seguida por Fortaleza, com 6,3%, ambas superando a variação ocorrida para o Brasil, de 5,9%, alta puxada principalmente pelo item alimentos (Tabela 11)⁴; em sentido contrário, o nível de Preços desacelerou em Salvador, caindo 0,9 pontos percentuais no mesmo período, influenciado principalmente pelo recuo do item habitação (Tabela 11). Em 2009, observa-se um recuo geral no nível de Preços, em relação a 2008, influenciado pela queda de Preços do item alimentos (Tabela 11), com resultados mais favoráveis à região Nordeste, 1,9 e 2,4 pontos percentuais para Fortaleza e Recife, respectivamente, contra o recuo de 1,6 pontos para o Brasil (Gráfico 11). A menor variação ocorreu em Salvador, 4,0%, finalizando uma tendência de queda iniciada em 2007 uma vez que, em 2010, essa tendência sofreu uma reversão expressiva nesta capital, cuja variação expandiu-se para 6,2%, a segunda maior no Nordeste, ficando atrás apenas de Fortaleza, com 6,5 % e do Brasil com 5,9% e, em oposição, Recife manteve o mesmo percentual de variação de 2009, 4,6% (Gráfico 11).

1.10 Política Monetária e Sistema de Metas para a Inflação no Brasil

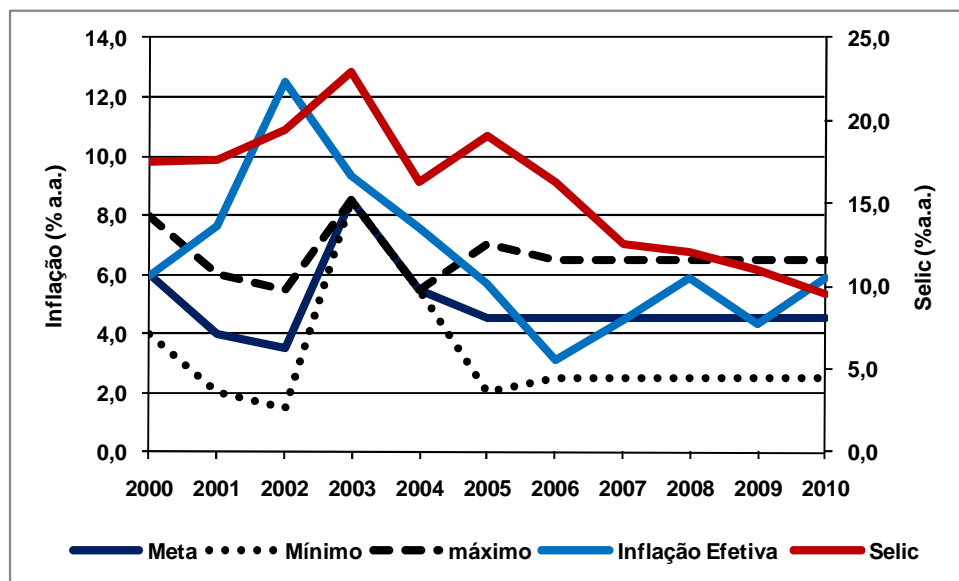


Gráfico 12: Política Monetária e Sistema de Metas para a Inflação no Brasil – 2000 a 2010

Fonte: BCB/Sistema de Metas para a Inflação.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Desde a implantação do sistema de metas para a inflação em 1999, o principal instrumento de política monetária para o controle do nível geral de Preços baseou-se no manejo da taxa Selic⁵. O pico inflacionário alcançado em 2002, 12,5% ao ano (Gráfico 12), motivou, em 2003, uma elevação da Selic pela autoridade monetária em 3,4 pontos percentuais em confronto com o ano anterior, o que contribuiu para a redução do patamar de inflação para 9,3% no referido ano, fazendo-a convergir à nova meta⁶, reajustada para 8,5% ao ano (Tabela 12). Mesmo com uma nova redução da Selic (16,3% ao ano) e a redução da meta de inflação para 5,5% ao ano, a variação do nível de Preços em 2004 ficou acima da meta em 2,1 pontos percentuais (Tabela 12), motivando nova elevação da Selic em 2005, para 19,1% ao ano, mas acompanhada de estreitamento da meta de inflação para 4,5% ao ano. De fato, a partir de 2005, o nível de Preços converge para o interior dos limites máximo e mínimo da meta, o que demonstra uma aparente confiança da autoridade monetária, uma vez que se observa uma progressiva redução da Selic até o final do período (Gráfico 12), a despeito das elevações da inflação em 2008 e 2010, ambas ultrapassando a meta em 1,5 ponto percentual (Tabela 12).

2 Emprego e Rendimentos do Fator Trabalho

Essa seção objetiva demonstrar, em primeiro lugar, as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal do Emprego – PME (Salvador, Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre) realizada pelo IBGE entre os anos de 2002 a 2010. Serão mostrados, também, os dados isolados das duas primeiras capitais listadas, pelo fato de serem as únicas representantes da região Nordeste nesta pesquisa, e assim, poder compará-los com a totalidade. Em seguida será mostrada a evolução do estoque referente ao número de vínculos empregatícios formais e não formais (com e sem carteira de trabalho assinada)⁷.

Em seguida, a abordagem recai somente sobre a evolução dos empregos formais, da sua remuneração anual média e da massa salarial entre 2000 e 2010 no Brasil e Nordeste, utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A razão para se utilizar essa base de dados reside no fato de que eles registram, diferentemente da PME que é uma amostra, o estoque de empregos formais na sua totalidade, isto é, estendendo a pesquisa por todas as unidades da federação, embora não se possa registrar o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto da pesquisa realizada pela RAIS. Por último, é mostrada a evolução, em termos reais, do salário mínimo entre 2000 a 2010, comparando-o diretamente com o PIB.

No período abordado, registra-se uma significativa elevação dos níveis de emprego em relação à população economicamente ativa e do número de registros em carteira de trabalho. Pelo lado dos rendimentos reais, aqueles isentos dos efeitos inflacionários, a massa de salários efetivamente paga aos trabalhadores com carteira assinada cresceu acentuadamente ao longo do período, bem como o salário mínimo real em comparação com o PIB.

2.1 Evolução do Emprego e Desemprego no Total das Regiões Metropolitanas

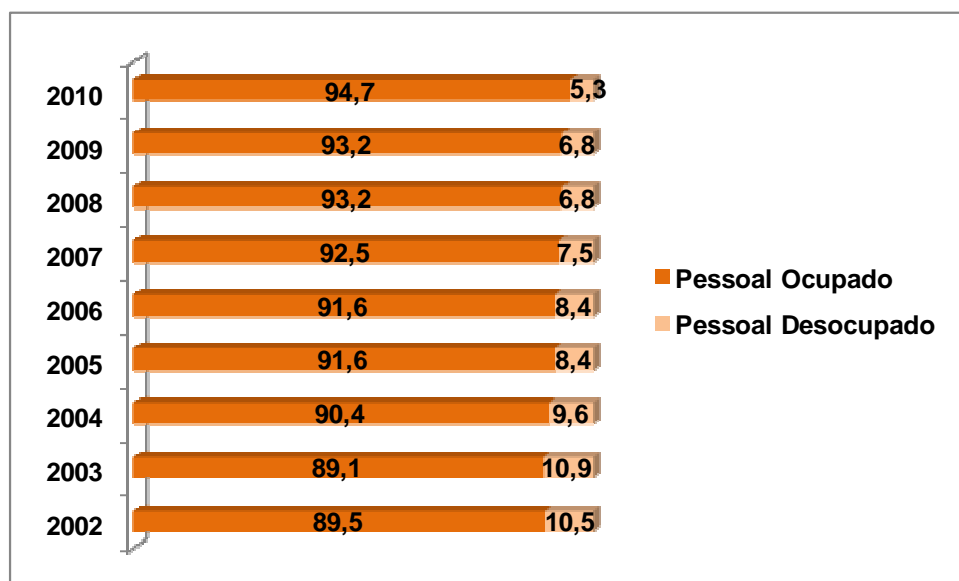


Gráfico 13: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA - Total das Regiões Metropolitanas (%) – 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

No início do período, em 2002, a população economicamente ativa (PEA)⁸, nas seis capitais observadas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE, alcançava um estoque de aproximadamente 20,2 milhões de indivíduos (ver Tabela 13), sendo que, em termos relativos, 89,5% (18,1 milhões) tinham uma ocupação, em confronto com um contingente de 10,5% (2,1 milhões) de desempregados. O estoque da PEA observado em 2010 (23,7 milhões) indica um crescimento dessa variável a uma taxa média em torno de 1,9% ao ano no período, resultando num incremento de 3,4 milhões de pessoas entre 2002 e 2010, o correspondente a um acréscimo de 16,8%. Em confronto, o número de pessoas ocupadas apresentou uma taxa média de crescimento superior, em torno de 2,7%, elevando sua proporção relativa na PEA, de 89,5% em 2002 para 94,7% em 2010 (ou 22,4 milhões - ver Tabela 13), o correspondente ao ingresso (recolocações ou criação de novos postos de trabalho) de 4,3 milhões de trabalhadores no mercado (um aumento de 23,7%, comparando os anos de 2002 e 2010).

O reflexo positivo desse crescimento pode ser observado pela redução significativa (a uma taxa média de 6,4% ao ano) do estoque de pessoas desocupadas ao longo desse período, caindo de 10,5% (2,1 milhões) em 2002 para 5,3% (1,2 milhões) da PEA em 2010, resultando numa queda no nível de desemprego em torno de 49,7% comparando os anos de 2002 e 2010, ou 879 mil pessoas.

2.2 Evolução do Emprego e Desemprego em Salvador e Recife

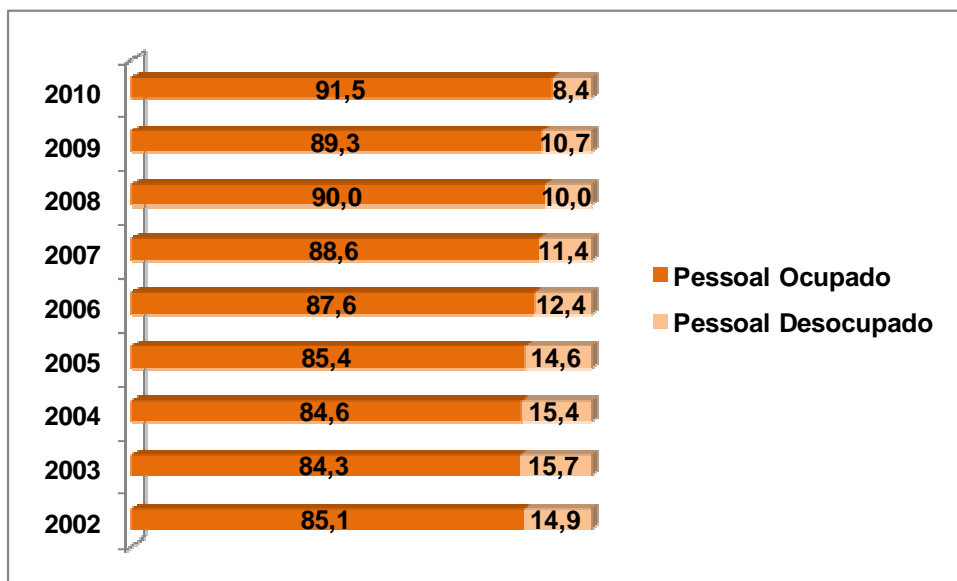


Gráfico 14: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA em Salvador (%) – 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

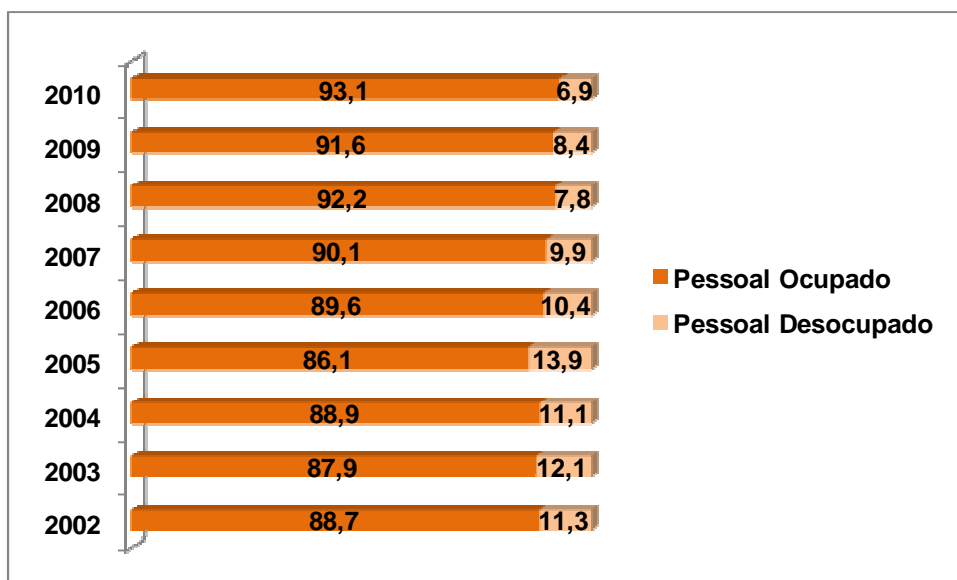


Gráfico 15: Proporção do Pessoal Ocupado e Desocupado na PEA em Recife (%) – 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A proporção média do pessoal ocupado na PEA em Salvador e Recife entre 2002 e 2010 mostrou-se inferior à observada no total das regiões pesquisadas pelo IBGE, 91,8%, com desempenho ligeiramente melhor para Recife, com 89,8% de pessoas ocupadas, do que para Salvador, com 87,4%. A PEA, na capital pernambucana apresentou uma variação relativa em torno de 19,2% no período, superando à observada no total das regiões metropolitanas em 2,4 pontos percentuais, mas ficando cinco (05) pontos abaixo do crescimento relativo da PEA ocorrido em Salvador, 24,2%. O estoque de pessoal ocupado em Recife cresceu de 1,2 para 1,5 milhões (Tabela 17), o que representa uma variação relativa de 25,1%, também superando a variação observada no conjunto das capitais em 1,4 ponto percentual. No entanto, Salvador apresentou a maior variação relativa no estoque de pessoal ocupado, 33,6%, o equivalente ao ingresso de 447 mil pessoas entre 2002 e 2010 (Tabela 15). O bom desempenho em Salvador se reflete numa taxa de crescimento médio anual do pessoal ocupado, da ordem de 3,7% ao ano, superando significativamente as ocorridas em Recife, 2,8% ao ano, e no total das regiões metropolitanas, 2,7% ao ano.

Por outro lado, a relação média entre o nível de desemprego e a PEA mostrou-se consideravelmente desfavorável às duas capitais nordestinas frente à média do total das regiões metropolitanas, 4,7% da PEA, entre 2002 e 2010, com destaque para Salvador que no período assinalado teve, em média, 12,6% de desocupados em sua população economicamente ativa, embora nesse mesmo período, o nível de desemprego tenha declinado significativamente, caindo por volta de 29,7% (69 mil pessoas – Tabela 15). Situação similar é vista em Recife, com um contingente médio de 10,2% de desempregados em relação à PEA, e também em trajetória de queda, face à redução observada de 26,9% (42 mil pessoas – Tabela 17). Ressalte-se que esta redução relativa no nível de desemprego das duas capitais nordestinas entre 2002 e 2010, apesar de significativas, ainda ficaram muito aquém do observado no conjunto das regiões pesquisadas pela PME no mesmo período, 41,2% (Tabela 13).

2.3 Evolução do Emprego Formal e Informal no Total das Regiões Metropolitanas

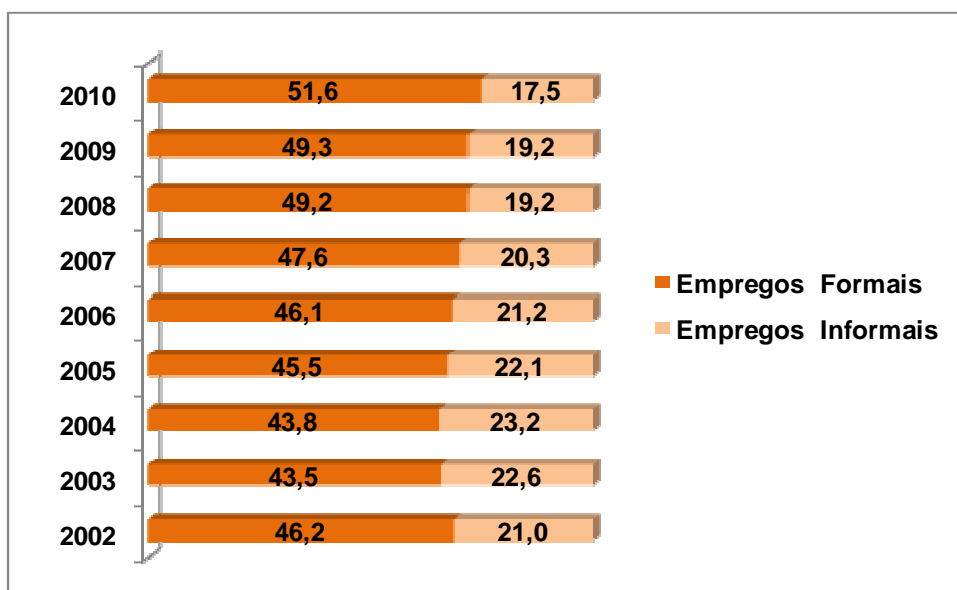


Gráfico 16: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Total das Principais Regiões Metropolitanas (%) - 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

É importante ressaltar que, em face do objetivo de se abordar o comportamento do emprego formal e informal, observando estritamente a dinâmica de contratações no mercado de trabalho, excluíram-se as demais categorias de trabalhadores presentes na variável “Pessoal Ocupado” da PME: militares, funcionários públicos estatutários, empregadores, autônomos e empregados não remunerados. Por esse motivo, as somas dos percentuais apresentados nos gráficos a seguir são diferentes da unidade.

No conjunto das capitais abordadas na pesquisa mensal do emprego realizada pelo IBGE, a razão média entre empregos formais (com registro em carteira de trabalho) e o total do pessoal ocupado nessas capitais ficou em torno de 47% no intervalo entre 2002 e 2010. O desempenho dessa variável no decorrer deste período mostrou-se positivo, pois o estoque inicial de 2002, de 8,4 milhões de pessoas, sofreu uma variação de 38,2%, elevando-o em 2010 para 11,6 milhões (Tabela 14), o que corresponde à criação de aproximadamente 3,2 milhões de novos postos de trabalho com vínculos formais. Em termos relativos, a proporção de empregos formais no estoque de pessoas ocupadas subiu de 46,2% para 51,6% (Gráfico 16).

A proporção de pessoas trabalhando sem registro em carteira no conjunto das pessoas ocupadas no mesmo período foi em média 21%. Pelo Gráfico 16, o nível de

informalidade sofre ligeira elevação em 2004, atingindo sua maior alta em todo o período, 23,2% do pessoal ocupado, ou 4,5 milhões de pessoas (Tabela 14), movimento invertido, contudo, no ano seguinte, a partir do qual ele sofre sucessivos recuos, acabando por atingir, em 2010, o piso de 17,5% do pessoal ocupado, ou 3,9 milhões de pessoas (Gráfico 16), representando uma retração significativa de 13% nesse intervalo específico, de 2004 a 2010; em relação ao início da série histórica, houve um aumento relativo de 3,4%, ou 129 mil pessoas.

2.4 Evolução do Emprego Formal e Informal em Salvador e Recife

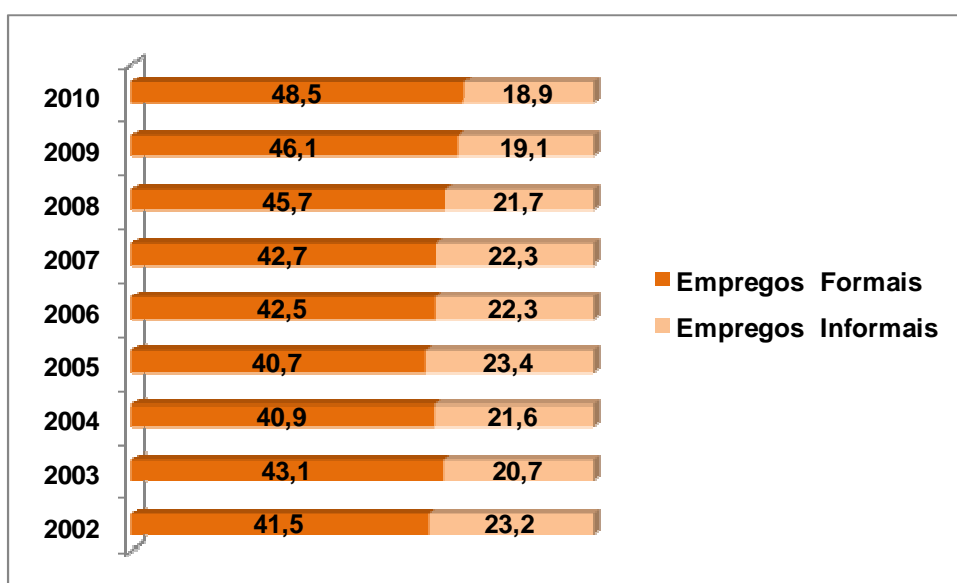


Gráfico 17: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Salvador (%) – 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

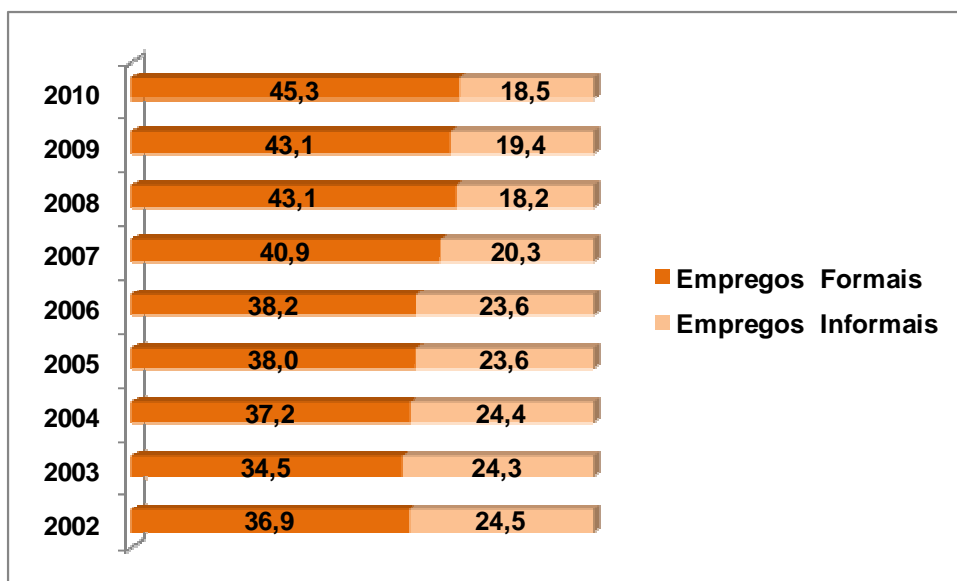


Gráfico 18: Proporção de Empregos Formais e Informais entre o Pessoal Ocupado - Recife (%) - 2002 a 2010

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A proporção média do emprego formal no estoque de pessoas ocupadas nessas duas capitais foi ligeiramente favorável à capital baiana, 43,5%, na comparação com o resultado observado em Recife, 39,7%, inferiores, entretanto, à proporção média apurada para o total das regiões metropolitanas, 47%. No entanto, a variação relativa dos estoques de emprego formal entre 2002 e 2010 revelou-se significativamente superior nas duas capitais nordestinas: Salvador, com aproximadamente 56,3%, Recife, 53,4% e o conjunto das regiões metropolitanas, 38,2%. Essa variação elevou o percentual de empregos em 7,0 pontos em Salvador (Gráfico 17), 8,4% pontos em Recife (Gráfico 18) contra 5,4 pontos para o conjunto das regiões metropolitanas (Gráfico 16). Em termos absolutos equivalem a ingressos de 310 mil pessoas em Salvador (Tabela 16), 242 mil pessoas em Recife (Tabela 18) e 3,2 milhões de pessoas para o total das regiões metropolitanas (Gráfico 14), no estoque do emprego formal.

O nível de informalidade no período, considerando-se somente a relação entre empregos informais e pessoas ocupadas, sofreu redução entre 2002 e 2010, com destaque para Salvador, 4,3 pontos percentuais (Gráfico 17), e Recife, 6,0 pontos (Gráfico 18) contra 3,4 pontos para o total das regiões metropolitanas (Gráfico 16). Deve-se assinalar, contudo, que esses resultados são explicados principalmente pelo aumento do estoque de pessoal ocupado, uma vez que, em termos absolutos, houve na verdade um aumento no número de empregos informais no período, em Salvador (28 mil pessoas – Tabela 16) e no conjunto das regiões

metropolitanas (129 mil pessoas – Tabela 14), com exceção de Recife, onde o nível de informalidade foi reduzido em 16 mil pessoas (Tabela 18).

2.5 Evolução do Emprego Formal no Brasil e Nordeste

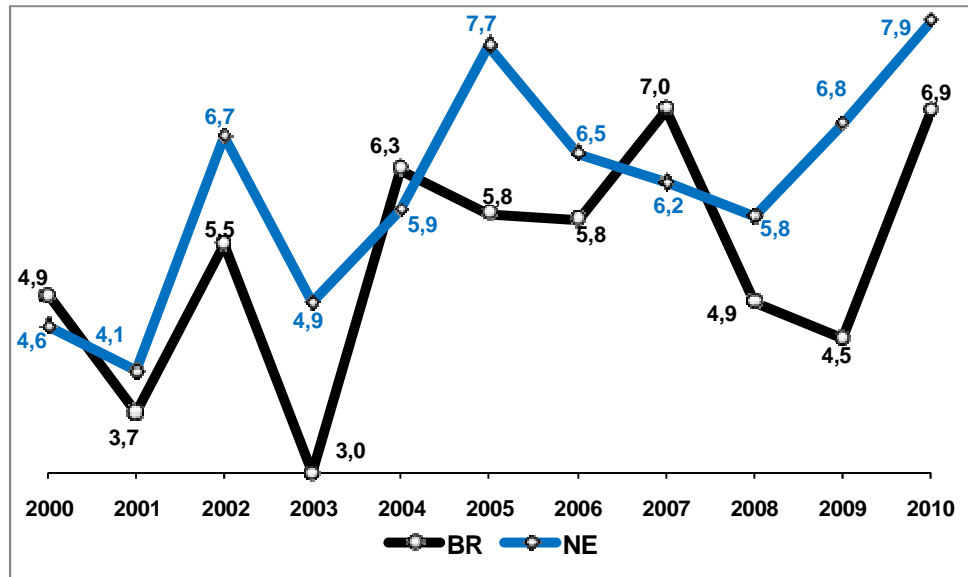


Gráfico 19: Variação Anual do Emprego Formal - Brasil e Nordeste (%) - 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: Índice – Percentual relativo ao ano imediatamente anterior.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O gráfico 19 mostra a ocorrência de flutuações anuais pronunciadas no nível de emprego formal ao longo da década. Contudo, pode-se observar que os impactos dessas oscilações foram mais favoráveis sobre o estoque do emprego formal do Nordeste do que em nível nacional: nos movimentos de queda, os pisos alcançados sempre foram menos acentuados do que os observados para o Brasil (2001, 2003 e 2008); nos movimentos de ascensão os tetos, em sua maioria, foram superiores, principalmente em 2005 e 2010, quando alcançaram patamares próximos a 8,0%.

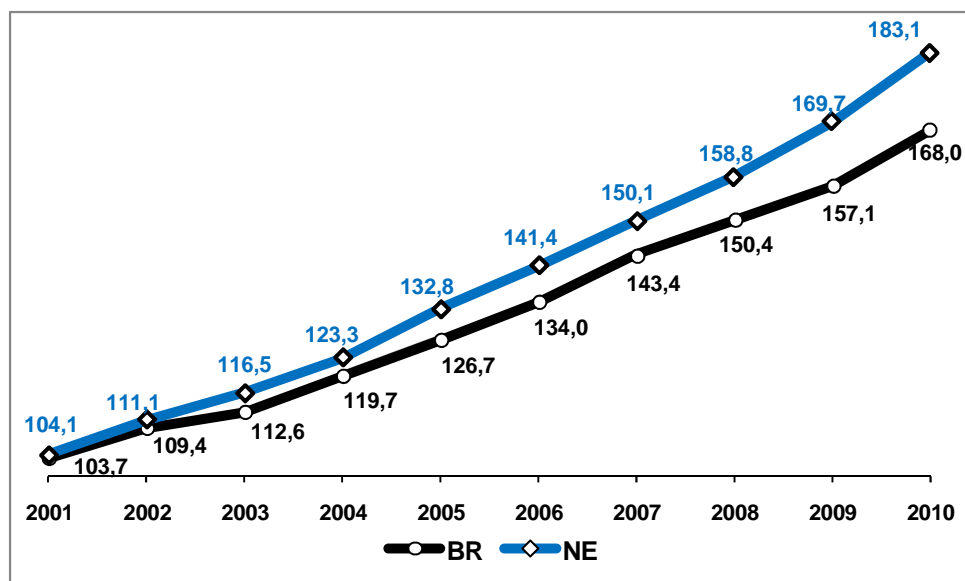


Gráfico 20: Crescimento Acumulado do Emprego Formal - Brasil e Nordeste – 2000 a 2010

Obs.: Número índice (2000=100).

Fonte: MTE/RAIS.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A despeito do grau considerável das flutuações anuais, o crescimento do emprego formal entre 2000 e 2010 mostrou-se significativo e consistente, tanto no plano nacional quanto na região Nordeste (Gráfico 20). Com relação ao Brasil, registra-se em 2010 um estoque aproximado de 44 milhões de postos de trabalho formalmente contratados, o que corresponde a uma variação positiva de 68% em relação ao ano de 2000 (Tabela 19), significando a geração de 17,8 milhões de novos empregos desde o início do período, o que indica uma taxa de crescimento médio em torno de 5,3% ao ano para essa variável.

No Nordeste, o estoque de empregos formais em 2010 situou-se ao redor de 08 milhões (Tabela 17), o correspondente a 18,1% do estoque nacional. Com uma taxa média de crescimento de 6,1%, superior à observada no plano nacional, a variável obteve um incremento aproximado de 3,6 milhões de novas contratações com carteira assinada em relação a 2000, o que aponta para uma variação positiva de aproximadamente 83,1% (Gráfico 20), superando em muito a observada em escala nacional, em aproximadamente 15,1 pontos percentuais.

2.6 Evolução da Remuneração Média Mensal Real do Emprego Formal no Brasil e Nordeste

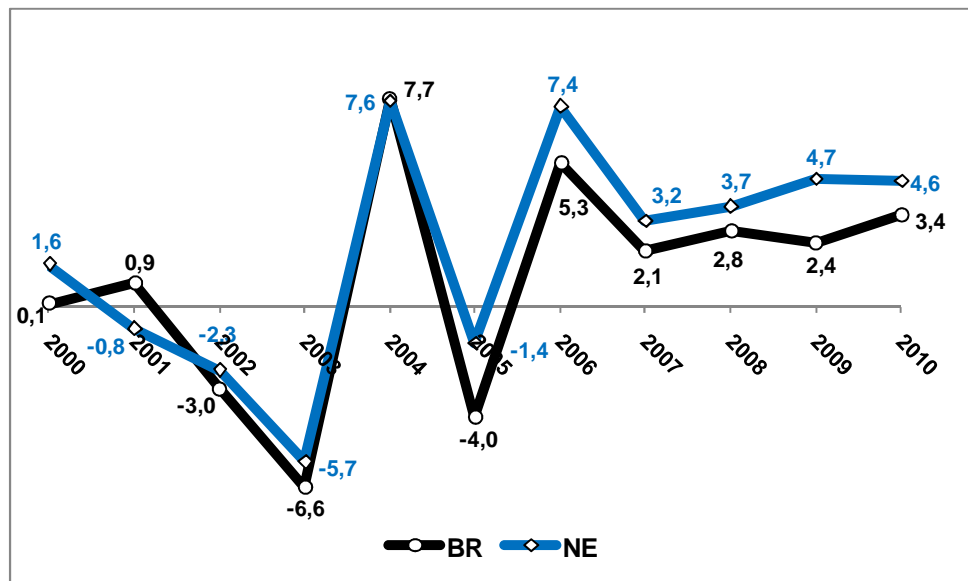


Gráfico 21: Variação Anual das Remunerações Médias no Emprego Formal no Brasil e Nordeste (%) – 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: 1) Índice – Percentual relativo ao ano imediatamente anterior.

2) Índices calculados a partir dos salários médios a Preços de 2010, deflacionados pelo INPC.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O perfil da curva representativa das remunerações percebidas no âmbito do emprego formal apresentou variações consideráveis e recorrentes no decurso do decênio nos dois planos, Brasil e Nordeste, o que é mostrado pelo Gráfico 21, no qual o nível de rendimentos reais sofre variações frequentes ao longo do período, caindo a pisos em torno de seis por cento (-6,6% e -5,7%, Brasil e Nordeste, respectivamente) em 2003, para no ano seguinte reverterem, de forma abrupta, a trajetória, atingindo tetos superiores a sete por cento (7,7% e 7,6%). As oscilações persistem acentuadamente nos anos subsequentes, já que em 2005 as remunerações voltam a declinar (-4,0% e -1,4%) e elevar-se em 2006 (5,3% e 7,4%). Em 2007 há uma nova queda, sem, contudo, deprimir negativamente as remunerações reais (2,1% e 3,2% - ver Gráfico 21), as quais, a partir de então, estabilizam-se até o final do período, observando o melhor desempenho da Região Nordeste, mesmo durante o período oscilatório.

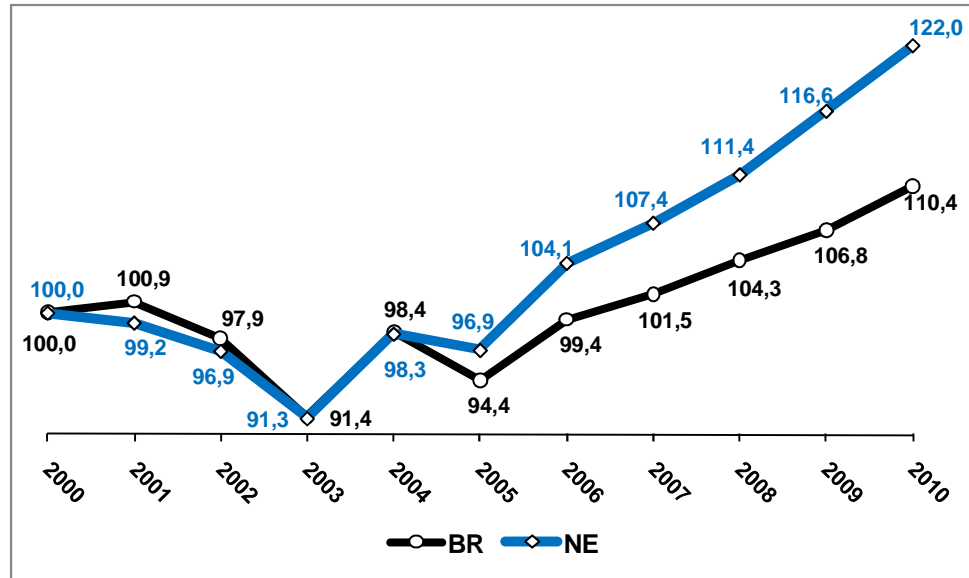


Gráfico 22: Crescimento Acumulado das Remunerações Médias no Emprego Formal no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: 1) Número índice (2000=100).

2) Índices calculados a partir dos salários médios a Preços de 2010, deflacionados pelo INPC.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

No início do período em estudo, as remunerações reais do trabalho apresentam uma trajetória de queda, atingindo o menor valor em 2003, um recuo de aproximadamente 8,6 pontos percentuais para o Brasil e 8,6 pontos para o Nordeste em relação ao ano de 2000. A reversão é iniciada com um crescimento em torno de 7,0 pontos para ambos em 2004, não interrompida pelo recuo de 2005, onde o crescimento da remuneração real assume um perfil consistente de alta (Gráfico 22). Embora a remuneração real média recebida pelos trabalhadores nordestinos no período tenha se situado em torno de 74% (R\$ 1.075) da recebida pelos trabalhadores do Brasil (R\$ 1.446), ela sofreu um crescimento significativo, especialmente a partir de 2005, num ritmo superior ao observado no plano nacional, atingindo em 2010 uma variação positiva de 22% em relação a 2000 (elevando-se de R\$ 1.033 para R\$ 1.260 – Tabela 20), superando o crescimento da remuneração dos salários pagos no quadro nacional em 11,6 pontos percentuais (Gráfico 22).

2.7 Evolução da Massa Salarial do Emprego Formal: Brasil e Nordeste

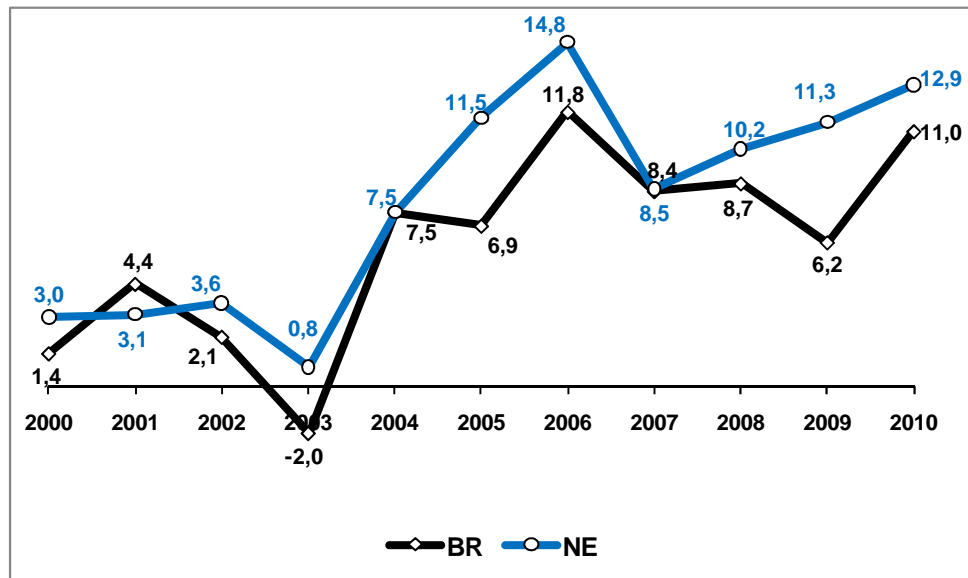


Gráfico 23: Variação Anual da Massa Salarial no Emprego Formal no Brasil e Nordeste (%) – 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: 1) Índice – Percentual relativo ao ano imediatamente anterior.

2) Percentuais calculados a partir da massa salarial a Preços de 2010, deflacionada pelo INPC.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tal como a trajetória anual dos rendimentos médios vista no Gráfico 21 da seção anterior, a trajetória do estoque da massa salarial⁹ no período estudado mostrou-se oscilante, porém com flutuações menos pronunciadas, como se vê no Gráfico 23. Em 2003, os estoques da massa de salários pagos para o Brasil e para o Nordeste registram os menores índices de crescimento anual, -2,0 e 0,8%, respectivamente, em relação ao ano anterior, observando que, em contraste com o Nordeste, essa trajetória para o Brasil já vinha em ritmo de queda desde 2001. Nos anos subsequentes ela é revertida, especialmente em 2006, alcançando seus maiores tetos, 11,8% para o Brasil e, superando este, 14,8% para o Nordeste. Mesmo com o recuo no ano seguinte, o estoque da massa salarial no Nordeste retoma, com maior consistência, uma trajetória de ascensão, recuperando-se em 2010 em 4,4 pontos percentuais em relação a 2007, contra 2,6 pontos no plano nacional no mesmo período (Gráfico 23).

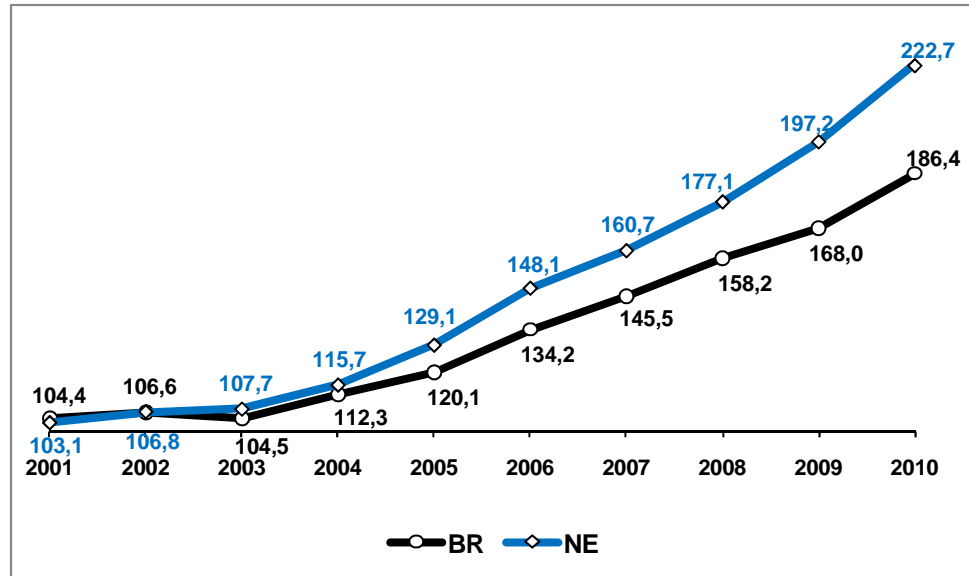


Gráfico 24: Crescimento Acumulado da Massa Salarial no Emprego Formal no Brasil e Nordeste – 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: 1) Número índice (2000=100).

2) Índices calculados a partir da massa salarial a Preços de 2010, deflacionada pelo INPC.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O melhor desempenho relativo do Nordeste é refletido no Gráfico 24, que mostra maiores índices de crescimento acumulado da massa salarial no decorrer do período, alcançando em 2010 um índice de crescimento 222,7 em relação ao ano de 2000, que significa uma variação relativa de quase 123%, o que, em termos absolutos, representa um acréscimo de R\$ 69,7 bilhões no período (Tabela 21), números que superam o crescimento da massa salarial para o Brasil, cuja variação relativa foi de pouco mais de 86% no mesmo período, o que representa um acréscimo monetário de R\$ 410,6 bilhões (Tabela 21).

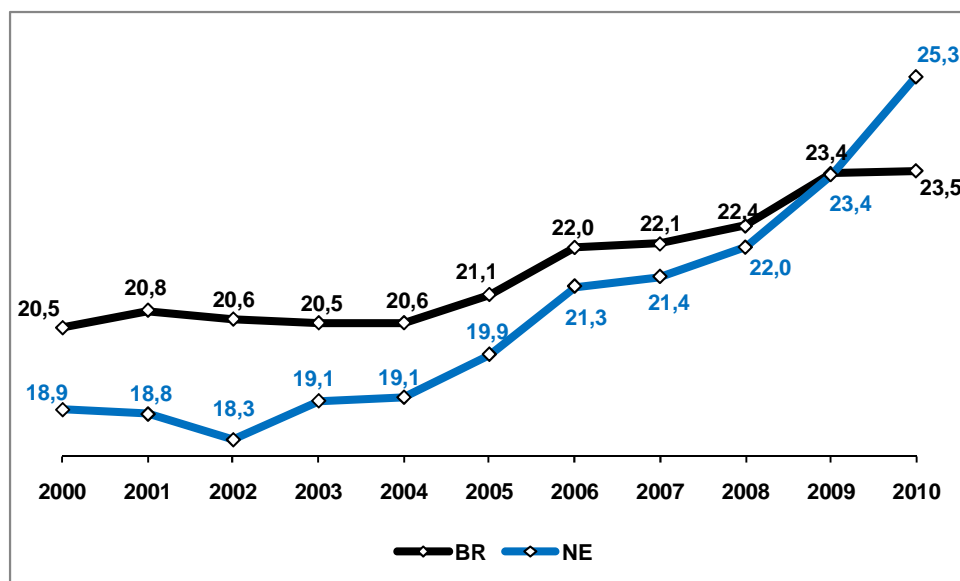


Gráfico 25: Proporção da Massa Salarial no PIB – Brasil e Nordeste (%) - 2000 a 2010

Fonte: MTE/RAIS.

Obs.: 1) Os valores da massa salarial foram corrigidos pelos índices dos deflatores do PIB, do Brasil e do Nordeste respectivamente.

2) Os dados de contas regionais só foram divulgados até 2009. Por isso, o valor do PIB do Nordeste em 2010 é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O gráfico 25 mostra a participação da massa de salários pagos no Brasil e da Região Nordeste nos seus respectivos produtos internos. Em média, a relação entre a massa salarial e o PIB foi de 22,1% para o Brasil e 20,7% para o Nordeste no período. A série inicia-se em 2000, onde a massa de salários pagos no Nordeste contribui em 18,9% na formação do PIB nordestino (R\$ 63,6 bilhões – Tabela 21), 1,6 ponto percentual abaixo do observado no plano nacional. No entanto, esse hiato inicial entre o Brasil e a Região Nordeste estreita-se ao longo da década até igualar a razão Massa Salarial/PIB no ano de 2009 em 23,4%. Em 2010, a proporção da massa salarial gerada no Nordeste eleva-se para 25,3% do PIB da Região (R\$ 126,5 bilhões – Tabela 21), superando a razão Massa Salarial/PIB observada no Brasil, uma vez que esta se manteve estável em relação a 2009.

2.8 Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB

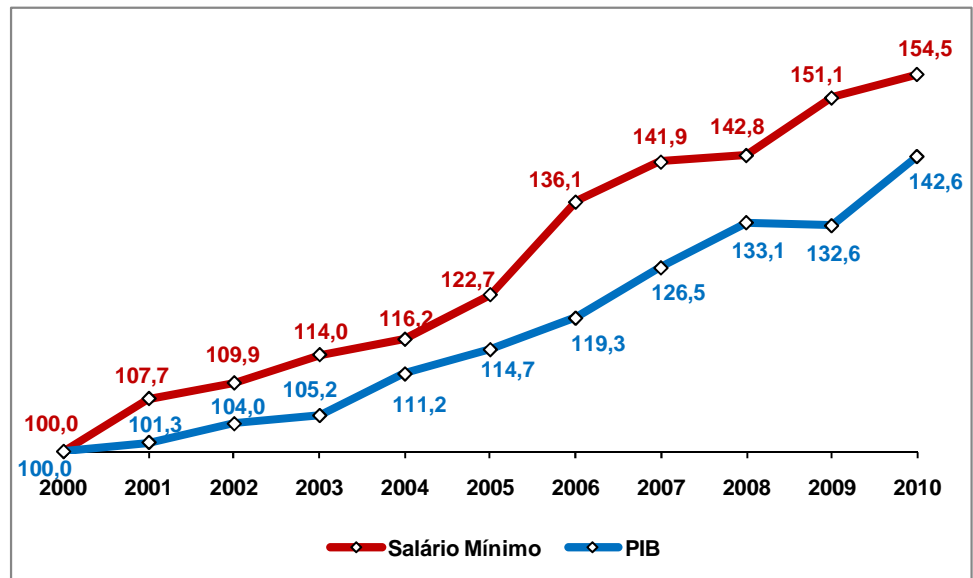


Gráfico 26: Crescimento Acumulado do Salário mínimo e do PIB - 2000 a 2010

Fontes: 1 - IBGE (PIB); 2 - FGV (Salário Mínimo).

Obs.: 1) Número índice (2000=100).

2) Índices calculados a partir dos valores do salário mínimo médio anual e do PIB, a Preços de 2010, e corrigidos pelo índice do deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Finalizando a temática da evolução do emprego e seus rendimentos, é imprescindível observar-se a evolução do salário mínimo no período em estudo, uma vez que ele constitui, no Brasil, o principal rendimento do trabalho, seja ele formal ou informal. Como parâmetro, utilizou-se o crescimento do PIB por ser a principal variável indicadora do nível de atividade econômica e, nesse sentido, o salário mínimo médio anual foi corrigido pelo índice do deflator do PIB (Tabela 22), a fim de se avaliar seu crescimento em termos reais. Tomando o ano de 2000 como referência, todos os índices de crescimento do salário mínimo real, no curso da década, superaram os índices observados para o PIB, assinalando uma leve elevação, a partir de 2005, no hiato entre as duas curvas, temporariamente interrompido em 2008 e restabelecido nos dois anos seguintes (Gráfico 26). Fechando o período, registra-se um crescimento real do salário mínimo de 54,5%, contra 42,6% para o PIB, correspondentes a Taxas anuais de crescimento médio em torno de 4,4% e 3,6% ao ano, respectivamente.

3 Finanças Públicas

Nesta seção, será demonstrada a evolução do estoque nominal da DLSP¹⁰ - Dívida Líquida do Setor Público, interna e externa, no Brasil entre 2001 a 2010, assim como a sua proporção em relação ao PIB, pelo fato de ser vista como um indicador aproximado de solvência do setor público. Em seguida, serão demonstrados os fluxos do principal indicador da condução da política fiscal do governo no mesmo período, a NFSP¹¹ - Necessidades de Financiamento do Setor Público, cujo desempenho impacta diretamente nas flutuações da DLSP em função dos juros líquidos incidentes.

3.1 Evolução da DLSP - Dívida Líquida do Setor Público no Brasil

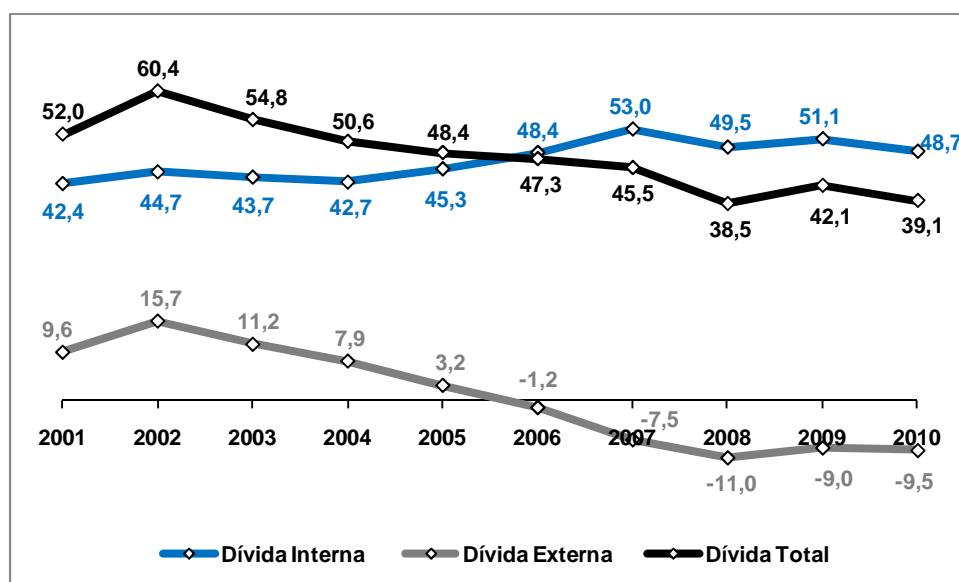


Gráfico 27: Proporção da DLSP no PIB no Brasil (%) - 2001 a 2010

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Percentuais calculados a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em média, a relação da DLSP total, a Preços Constantes, com o PIB situou-se em torno de 47,9% ou R\$ 1,4 trilhão entre 2001 e 2010. Embora se observe, em termos relativos, um crescimento em torno de 5,9% no estoque da DLSP consolidada nesse mesmo período (salto de R\$ 1,39 trilhão para R\$ 1,47 trilhão – Tabela 23), a relação DLSP / PIB, sofreu um decréscimo de 12,9 pontos percentuais no mesmo período, caindo de 52% para 39,1% do PIB (Gráfico 27). O maior teto ocorreu em 2002 quando o estoque da dívida alcançou 60,4% do PIB (R\$ 1,65 trilhão) ao passo que em 2008 ele atinge seu menor piso, 38,5% do PIB (R\$ 1,35 trilhão – Tabela 23).

No entanto, o declínio progressivo (com exceção de 2002) do componente externo do estoque da dívida, verificado na primeira metade do período, acentua-se e, a partir de 2006, o saldo das obrigações externas passa a ser negativo (saldo credor) em R\$ 37 bilhões conforme mostra a Tabela 23 (ou -1,2% do PIB – Gráfico 27) e assim prossegue até o final do período, em 2010, onde o saldo registrado é de menos R\$ 359,6 bilhões (-9,8% do PIB). Do ponto de vista da solvência do setor público, o declínio do componente externo da DLSP teve um impacto positivo na medida em que ele atenuou gradualmente sua pressão sobre o seu estoque total ao longo do período. Por esta razão, a dívida líquida interna passou a ser o principal componente da DLSP a partir de 2006 (Tabela 23), apresentando coeficientes próximos ou superiores a 50% do PIB (Gráfico 27).

3.2 Evolução da NFSP - Necessidades de Financiamento do Setor Público no Brasil

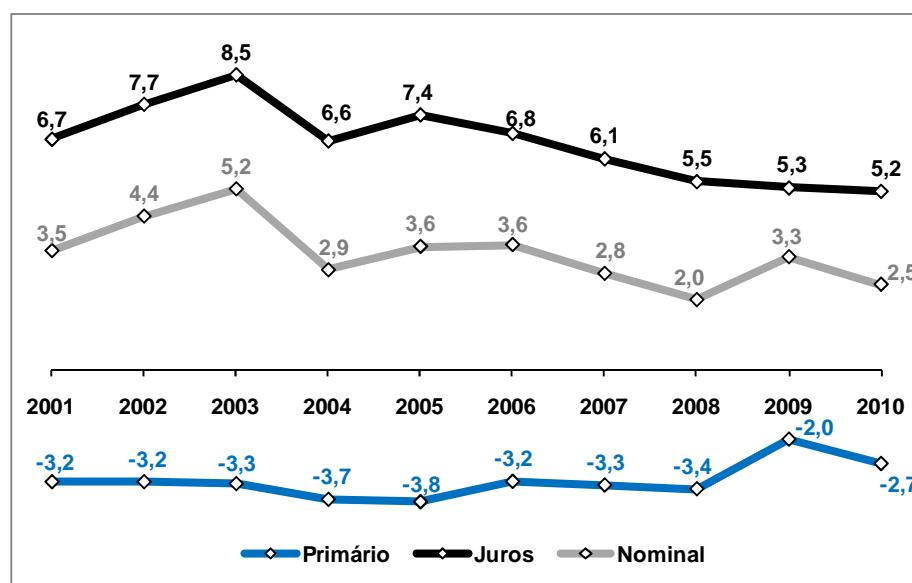


Gráfico 28: Proporção da NFSP no PIB no Brasil (%) - 2001 a 2010

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Percentuais calculados a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O resultado primário¹² a Preços Constantes manteve-se estável em relação ao PIB no período abordado, 2001 a 2010 (Gráfico 28), no patamar médio de 3,2%, exceto em 2009, momento em que reduziu-se para 2,0%, mas recuperando-se em 0,7 pontos percentuais no ano seguinte (ver valores monetários na Tabela 25). Os juros nominais¹³ incidentes sobre o estoque da dívida mobiliária do governo em suas três esferas expandiram-se até o ano de 2003, representando nesse ano 8,5% do PIB, porém declinando nos anos subsequentes até finalizar o período com 5,2% do PIB (Gráfico 28). Não obstante essa queda, o saldo médio do

resultado primário no período em estudo revelou-se insuficiente ao pagamento dos juros sobre a dívida, em razão da diferença de patamar entre o resultado fiscal do governo e os juros nominais (em média, o resultado primário representou apenas 49,2% do valor dos juros nominais), o que originou uma demanda média do setor público por financiamento - ou resultado nominal¹⁴ - em torno de 3,4% do PIB no período. Em termos absolutos, os superávits primários são crescentes, atingindo seu maior teto em 2008, R\$ 120,6 bilhões, e finalizando a série histórica com um saldo de R\$ 101,6 bilhões em 2010, expansão de 18,14% em comparação a 2001 (Tabela 25). Excetuando a retração momentânea em 2009, é nítida, portanto, uma ação governamental deliberada de geração crescente de superávits durante o período, justificada face ao crescimento dos juros incidentes sobre dívida mobiliária do governo no período, que saltou de R\$ 178,5 bilhões em 2001 para R\$ 195,3 bilhões em 2010 (Tabela 25), o que corresponde a uma elevação de 9,4%.

3.3 DLSP e NFSP na Região Nordeste

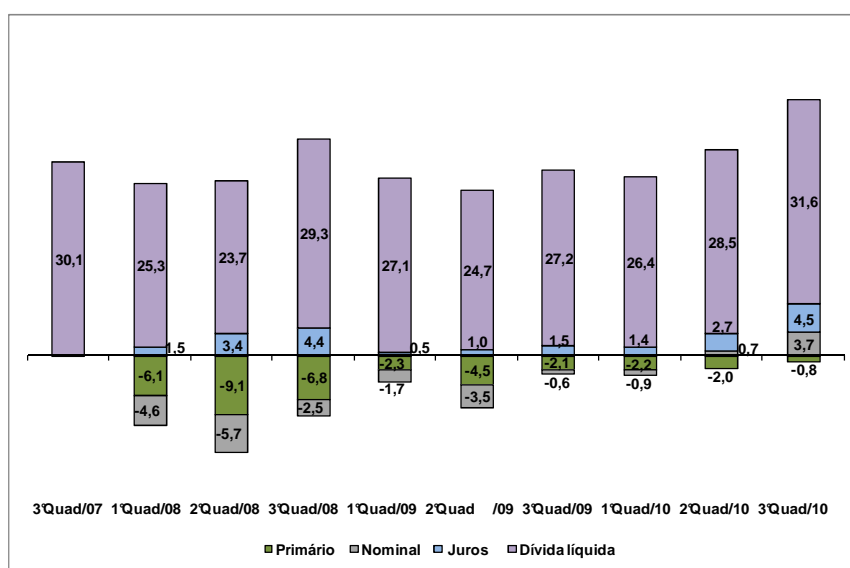


Gráfico 29: DLSP e NFSP no Nordeste (R\$ bilhões) - 2007 a 2010

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Fluxos acumulados no ano.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em relação às finanças públicas na Região Nordeste¹⁵, o BACEN divulga dados quadrimestrais e somente a partir do último quadrimestre de 2007, não sendo, portanto, possível fazer comparações gerais entre a sua evolução e as finanças públicas ao nível nacional. A DLSP na Região registrou um estoque médio de R\$ 27,4 bilhões entre 2007 e 2010, mantendo um perfil relativamente estável durante o período, excetuando os picos de R\$

29,3 e R\$ 31,6 bilhões, nos últimos quadrimestres de 2008 e 2010, respectivamente (Gráfico 29). Comparando com PIB a Preços Correntes do Nordeste, o estoque acumulado no ano da DLSP representou em média 7,1% daquele entre 2007 e 2010, revelando aparentemente que o produto da região não se encontrou tão pressionado pelo endividamento público ao deparar-se com a relação DLSP/PIB no âmbito nacional, 41,8% no mesmo período.

Do lado da política fiscal, o resultado primário registrou superávits em declínio significativo (apesar do resultado expressivo no segundo quadrimestre de 2008, R\$ 9,1 bilhões – Gráfico 29), caindo de R\$ 6,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2008 para R\$ 848 milhões no último quadrimestre de 2010, igual a uma variação de menos 86%. Os juros nominais, por seu lado, tiveram uma trajetória de alta em 2008 (incremento de R\$ 2,9 bilhões entre o primeiro e o último quadrimestre). Apesar da queda súbita no primeiro quadrimestre de 2009, os juros nominais recuperaram-se, atingindo no último quadrimestre de 2010 um montante de R\$ 4,5 bilhões, um crescimento de 208% em comparação ao primeiro quadrimestre de 2008. Essa oposição de trajetórias acaba por resultar em um resultado nominal positivo no segundo quadrimestre de 2010, uma vez que o estoque de juros nominais supera em R\$ 704 milhões o saldo do resultado primário, sendo que essa pressão do setor público não financeiro por financiamento (NFSP) eleva-se para R\$ 3,7 bilhões no quadrimestre seguinte, ou um crescimento relativo em torno de 179% em relação ao acumulado de 2007 (Gráfico 29).

4 Setor Externo

A seguir, será demonstrada a evolução das principais variáveis que compõem o chamado setor externo da economia entre 2000 e 2010. Serão mostrados os resultados obtidos pelo saldo do balanço de pagamentos, a partir dos fluxos ocorridos em Conta Corrente e na Conta Capital e Financeira ao longo do decênio, a evolução da taxa de câmbio nominal média, os resultados do saldo da balança comercial Brasileira e nordestina, bem como o perfil da pauta de exportações e importações de ambas e a evolução do estoque de reservas internacionais acumuladas no período.

4.1 Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil

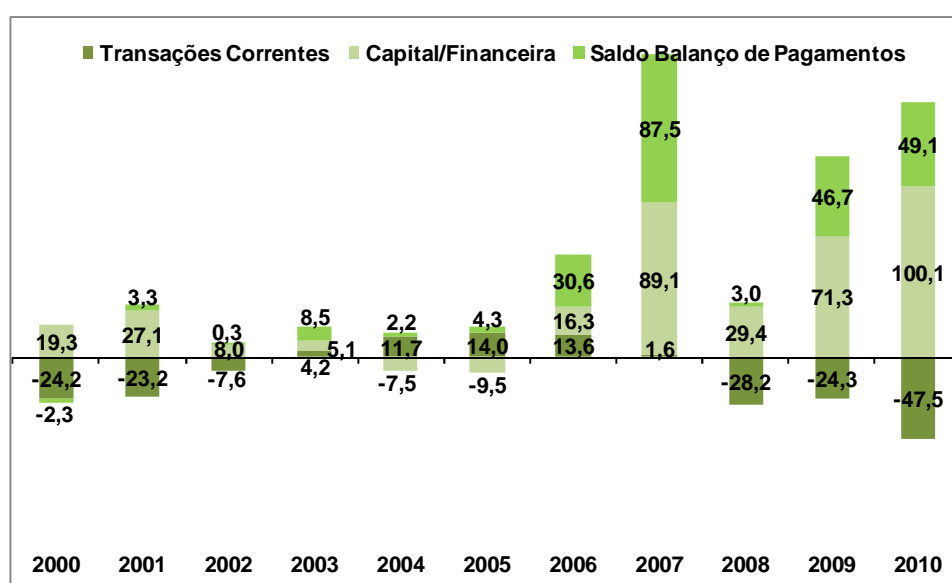


Gráfico 30: Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil (US\$ bilhões – FOB) – 2000 a 2010

Fonte: BCB - Série Histórica do Balanço de Pagamentos.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Com base no Gráfico 30, o saldo do Balanço de Pagamentos¹⁶ na primeira metade do período registrou superávits modestos, influenciados pela considerável alternância nos saldos em Transações Correntes e na Conta Capital e Financeira, ora superavitários, ora deficitários. Seu melhor resultado no primeiro quinquênio ocorreu em 2003, justamente onde estas duas contas registram, simultaneamente, superávit, explicado principalmente pelo lado das Transações Correntes, via superávit comercial, cujo saldo, US\$ 24,7 bilhões, superou em 89% o observado no ano anterior (Tabela 29) e pela reversão no movimento de queda no fluxo dos investimentos em carteira entre 2002 e 2003, de menos US\$ 5,1 para US\$ 5,3 bilhões na Conta Financeira (Tabela 30). Contudo, os superávits no Balanço de Pagamentos

tornam-se significativos na segunda metade da década em função da expressiva expansão da Conta Capital e Financeira, através, principalmente em 2007, pelos investimentos em carteira, que nesse ano alcançou US\$ 48,4 bilhões, e pelos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), US\$ 27,5 bilhões (Tabela 30). Ressalte-se que o fluxo dos IEDs se mostrou consistente até o fim do período, não acompanhando a retração abrupta dos investimentos em carteira ocorrida em 2008 (Tabela 30). Embora os fluxos dos investimentos em carteira tenham se recuperado fortemente em 2009 e 2010 em paralelo com a expansão dos IEDs, os superávits do Balanço de Pagamentos foram consideravelmente inferiores (46,7% e 43,9%, respectivamente), ao ocorrido em 2007 em face da expansão do déficit em Transações Correntes no triênio 2008-2010, causado por um lado pela retração expressiva do saldo comercial e, por outro, pela ampliação, em mesmo grau, da renda enviada ao exterior através da chamada balança de invisíveis - Serviços e Rendas (Tabela 29).

4.2 Evolução da Taxa de Câmbio Nominal no Brasil

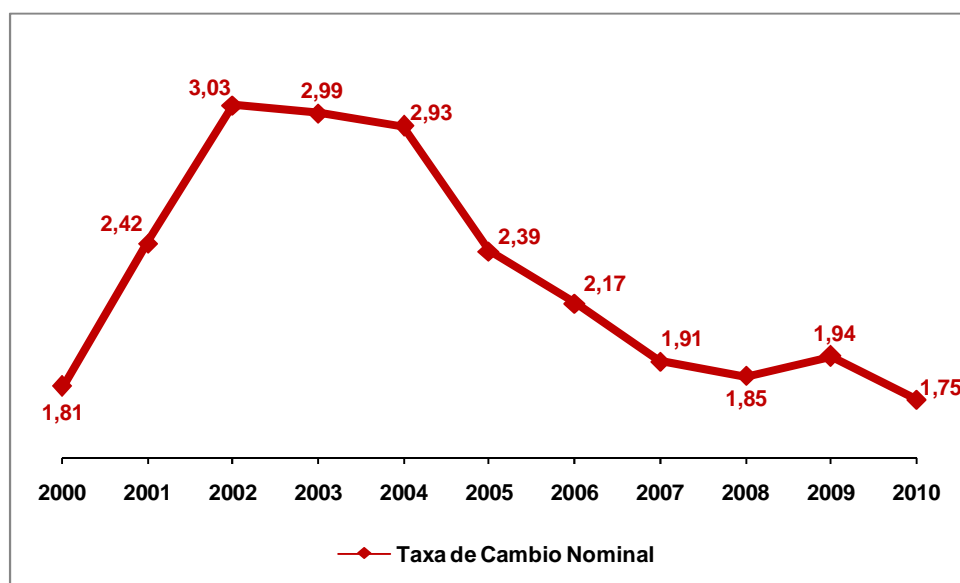


Gráfico 31: Evolução da taxa de Câmbio Nominal no Brasil (R\$/US\$) – 2000 a 2010

Fonte: IPEA - IPEA Data/Séries mais usadas.

Obs.: Taxas anuais médias, com base na cotação mensal do dólar comercial para venda.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Com a passagem do regime de câmbio fixo ao flutuante em 1999, a taxa de câmbio no Brasil flutuou expressivamente ao longo da década seguinte, tendo o preço do dólar experimentado uma rápida valorização entre 2000 e 2003, alcançando neste último ano o teto de R\$ 3,08/US\$ 1,00, o correspondente a uma valorização aproximada de 68,2% se comparada ao início da década. Nos anos subsequentes, no entanto, o preço da moeda

americana sofre uma inversão de movimento, experimentando quedas sucessivas até igualar, em 2008, o mesmo valor observado no início do período, em 2000, R\$ 1,83/US\$ 1,00. Mesmo com uma ligeira alta em 2009, para R\$ 2,00/US\$ 1,00, a taxa recua novamente em 2010, para R\$ 1,76/US\$ 1,00, a mais baixa do período, confirmando por um lado, uma valorização consistente do real no período e sinalizando por outro, uma tendência de continuidade nesse processo de valorização.

4.3 Saldo do Comércio Exterior - Brasil e Nordeste

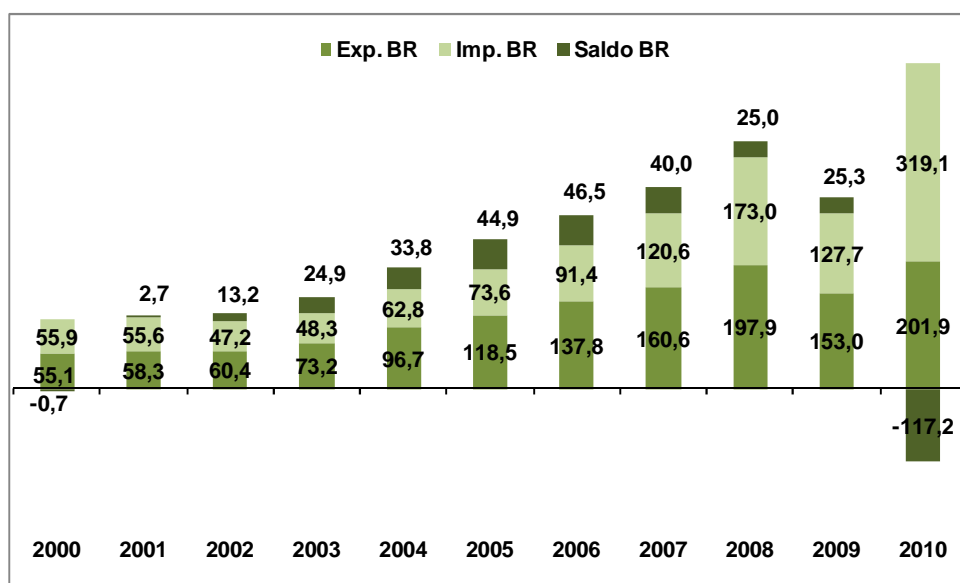


Gráfico 32: Saldo da Balança Comercial no Brasil (US\$ bilhões - FOB) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O ritmo das exportações Brasileiras, de acordo com o Gráfico 32, mostrou-se ascendente durante a década, a despeito da trajetória de queda da taxa de câmbio nominal, R\$/US\$, mostrada no Gráfico 31. No período em estudo, o incremento absoluto no valor das exportações foi de aproximadamente US\$ 146,7 bilhões ou uma variação de 266,3% entre 2000 e 2010. As importações, por sua vez, apresentaram um crescimento absoluto maior no período, estimuladas pela já mencionada queda da taxa de câmbio nominal, de US\$ 263,2 bilhões o que corresponde a uma variação de 471,3% entre 2000 e 2010 (Tabela 31). Mesmo assim, conforme mostra o Gráfico 32, o saldo da balança comercial Brasileira foi superavitário em quase todo o período, atingindo seu melhor resultado em 2006 com US\$ 46,5 bilhões. Somente em 2010 as importações voltam a superar as exportações, acarretando por isso um déficit comercial de US\$ 117,2 bilhões, que pode ser considerado expressivo se

comparado ao superávit registrado no ano anterior, de US\$ 25,3 bilhões (Gráfico 32), o que corresponde a uma retração aproximada de 564%.

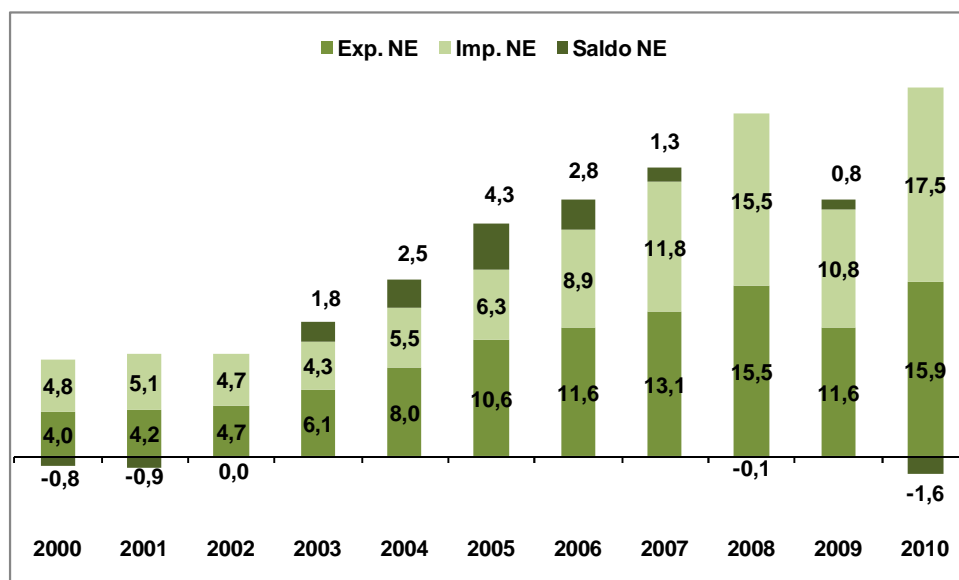


Gráfico 33: Saldo da Balança Comercial no Nordeste (US\$ bilhões - FOB) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

As exportações realizadas pela região Nordeste mostraram uma trajetória similar à observada para o Brasil, registrando um acréscimo de US\$ 11,8 bilhões no mesmo período, o que representa um crescimento relativo de 294,1% entre o ano 2000 e 2010, superior em 27,8 pontos percentuais ao desempenho das exportações Brasileiras no total. Isso permitiu o alcance de superávits consideráveis, principalmente entre 2003 e 2007, com destaque em 2005, ano em que a Região alcança um superávit de US\$ 4,3 bilhões, seu melhor desempenho no comércio exterior no período (Gráfico 33). Contudo, a expansão subsequente no ritmo das importações reduziu os superávits comerciais, até transformá-los em déficit, de US\$ 100 milhões em 2008, mas ainda assim consideravelmente inferior aos ocorridos em 2000 e 2001, de US\$ 800 e US\$ 900 milhões, respectivamente. Apesar da retração no volume de exportações e importações ocorrida em 2009, o saldo da balança comercial nordestina é superavitário em US\$ 800 milhões. Entretanto, há um movimento inverso em 2010, com a expansão das exportações e importações, mas acompanhada de um déficit de US\$ 1,6 bilhão no saldo da balança comercial da Região.

4.4 Composição da Pauta de Exportações e Importações Brasileira por Fator Agregado

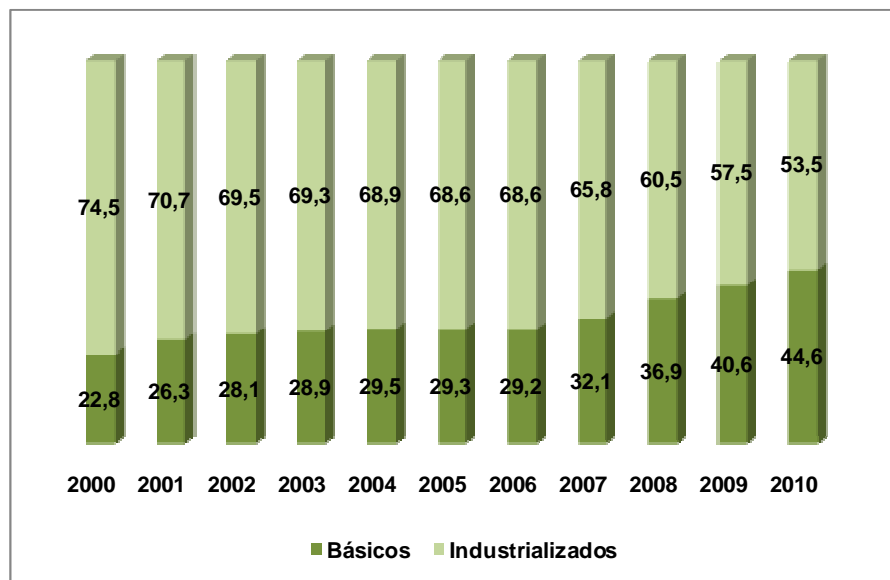


Gráfico 34: Composição da Pauta de Exportações do Brasil por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A pauta de exportações Brasileira por fator agregado¹⁷ compõe-se no período em estudo, em média, de 66,1% por produtos industrializados e 31,7% por produtos básicos. É importante salientar que não foram incluídas neste estudo as operações especiais, definidas pelo MDIC como bens que se incluem na balança comercial, mas nem sempre é possível identificá-los com o maior grau de detalhamento da classificação de mercadorias, sendo classificadas, portanto, como transações especiais de exportação, razão pela qual a soma das proporções apresentadas nos gráficos 34 e 36 não converge à unidade.

Ao longo desse período houve uma substancial modificação nessa proporção, pelo aumento da participação relativa da exportação de produtos básicos (produtos primários ou *commodities*). No ano 2000, o valor das exportações de produtos industrializados alcançava US\$ 41 bilhões, contra US\$ 12,5 bilhões referentes às exportações de produtos básicos (Tabela 32), montantes que equivalem, respectivamente, a 74,5% e 22,8% do total da pauta de exportações (Gráfico 34). O crescimento das exportações de produtos básicos, contudo, expandiu-se (especialmente a partir de 2007) em vigorosos 617,5% entre 2000 e 2010, atingindo US\$ 90,1 bilhões neste último ano. A exportação de industrializados neste mesmo ano registra o montante de US\$ 108 bilhões (Tabela 32), mas que representa somente um

crescimento de 163% em relação ao ano de 2000. Essa diferença de ritmos de crescimento acabou por determinar uma reconfiguração da pauta de exportações Brasileira em 2010, pela expansão da participação de produtos básicos (44,6% ou um acréscimo de 21,9 pontos percentuais) e pelo decréscimo da participação de industrializados (53,5% ou um recuo de 21 pontos – Gráfico34).

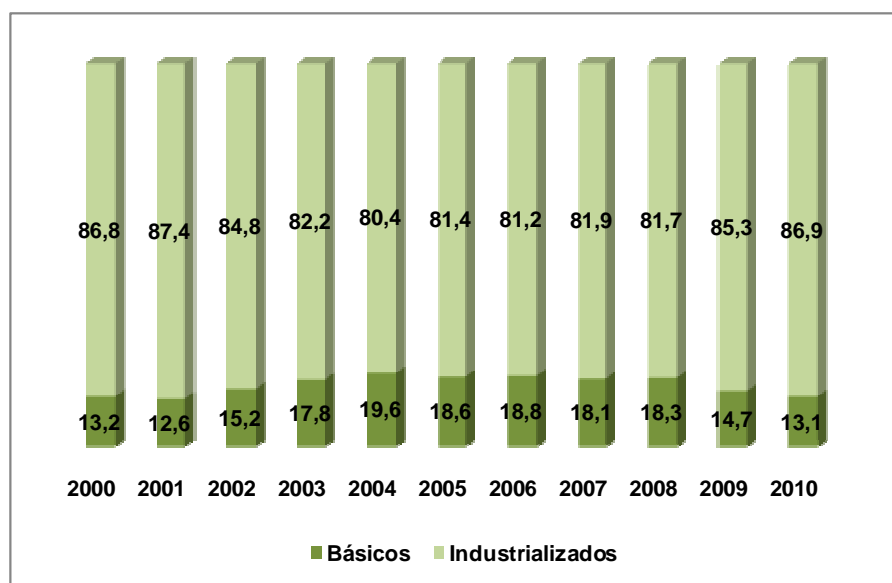


Gráfico 35: Composição da Pauta de Importações do Brasil por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Por outro lado, a pauta de importações foi, em média, predominantemente composta por produtos industrializados, 83,6%, contra 16,4% de importações de produtos básicos, sendo que, ao longo da década, observou-se que as variações nessa proporção foram pouco acentuadas, conferindo-lhe um perfil de relativa estabilidade. A única variação significativa ocorreu em 2004, ano em que os coeficientes de importação de industrializados e de produtos básicos são máximos, mas divergentes, uma vez que a proporção de industrializados no valor da pauta de importações cai para 80,4% e a de produtos básicos sobe para 19,6% (Gráfico 35). De acordo com os valores das importações entre 2000 e 2010 mostrados na Tabela 33, observa-se que o seu crescimento nesse período, tanto para os produtos básicos como para os produtos industrializados, foi vigoroso, com variações respectivas de 467% e 472%.

4.5 Composição da Pauta de Exportações e Importações Nordestinas por Fator Agregado

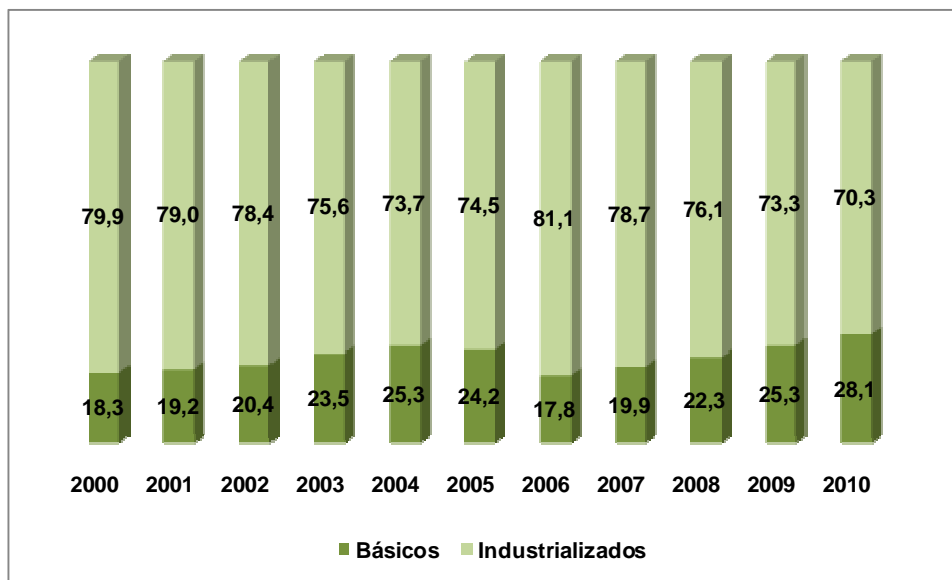


Gráfico 36: Composição da Pauta de Exportações do Nordeste por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em termos de valor agregado, a composição da pauta de exportações do Nordeste mostrou-se mais favorável do que a pauta de exportações do Brasil como um todo, considerando o período em estudo. Em média, 76,4% do valor da pauta nordestina entre 2000 e 2010 originaram-se das exportações de produtos industrializados e 22,2% de produtos básicos - 10,3 pontos percentuais acima e 9,5 pontos abaixo, respectivamente, em comparação com a composição média da pauta de exportações Brasileira. Contudo, o crescimento relativo das exportações de produtos básicos período mostrou-se superior ao de industrializados (505% contra 246,8%, respectivamente, ou US\$ 3,7 e US\$ 7,9 bilhões em termos absolutos - ver valores na Tabela 34), o que é comprovado no Gráfico 36, o qual mostra que, com exceção de 2005 e 2006, a sua participação relativa cresce, totalizando 9,8 pontos percentuais do total exportado no período, em paralelo com a queda de 9,6 pontos na participação de industrializados na pauta de exportações.



Gráfico 37: Composição da Pauta de Importações do Nordeste por Fator Agregado (%) - 2000 a 2010

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O perfil da pauta de importações nordestina revela também uma grande predominância de industrializados no mesmo período, em média, 81,8% do valor total de importações, contra 18,2% referentes aos produtos básicos, mas ainda assim, inferior à média nacional. A presença dos industrializados na pauta de importação do Nordeste diminuiu de forma significativa entre 2001 e 2004, período em que o valor de suas importações em relação ao total importado (Tabela 35) caiu de 85,6% para 74,2% (Gráfico 37). Entretanto, a importação de industrializados volta a aumentar nos anos seguintes, conferindo à pauta de importação nordestina em 2010, praticamente o mesmo perfil observado em 2001. Em termos relativos, a expansão do valor das importações de produtos industrializados entre 2000 e 2010 é significativa, 305,5%, ou um ingresso de US\$ 11,2 bilhões; para os produtos básicos a expansão das importações foi menos acentuada, 132,5%, o correspondente a um acréscimo de US\$ 1,4 bilhão (Tabela 35).

4.6 Estoque de reservas internacionais no Brasil

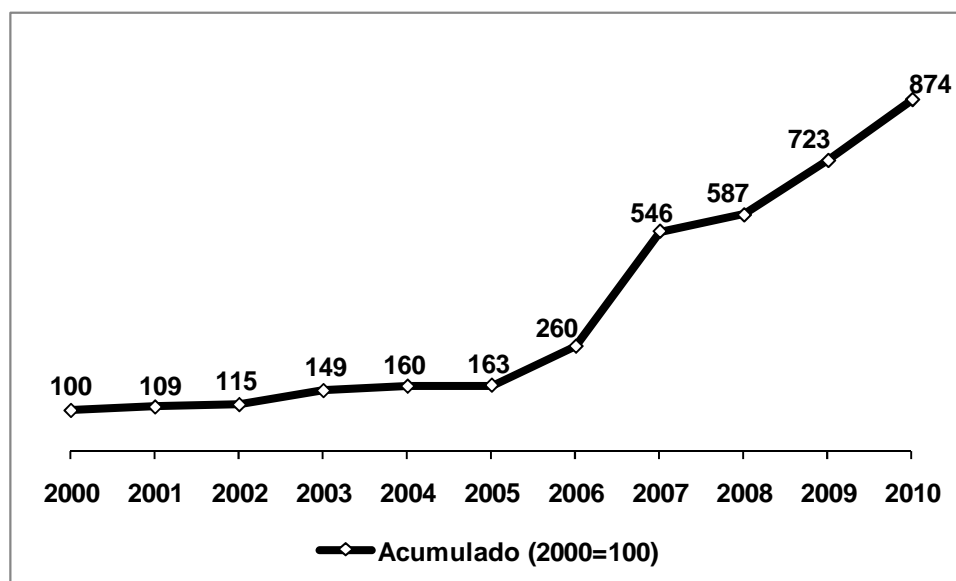


Gráfico 38: Crescimento Acumulado do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil (Número Índice) - 2000 a 2010

Obs.: Números-Índices calculados a partir do dólar em valores Correntes.

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

A evolução do estoque de reservas internacionais¹⁸ no Brasil teve um forte crescimento entre 2000 e 2010, atingindo nesse último ano o montante de US\$ 288,5 bilhões, o qual representa uma variação relativa de 774% em confronto com o estoque observado no ano 2000, US\$ 33 bilhões (Tabela 36). Destaque para a forte inflexão sofrida pela curva de crescimento do estoque de reservas a partir da metade do período, em 2005 (Gráfico 38); até esse ano, essa expansão foi relativamente modesta, em torno de 63% (ou US\$ 53,8 bilhões – Tabela 34), mas a partir daí, a curva adquire um perfil consideravelmente íngreme e, caso considere-se o ano de 2005 como base, a expansão relativa do estoque de reservas é da ordem de 436% em 2010, expressivamente superior à expansão desse estoque entre 2000 e 2005.

5 Operações de Crédito no Brasil

O último tópico deste trabalho procurará demonstrar a evolução do saldo das operações de crédito¹⁹ no Brasil no período compreendido entre 2000 a 2010, sendo que, para algumas abordagens, a série histórica é consideravelmente reduzida, devido à não disponibilização de dados mais antigos pelas fontes consultadas. Serão mostrados os resultados do saldo das operações de crédito no Brasil e Nordeste em termos de sua relação percentual com os seus respectivos produtos internos; os saldos monetários serão mostrados nas respectivas tabelas contidas nos anexos. Com relação às operações de crédito com recursos livres, somente serão demonstrados números no plano nacional, devido à falta de dados para essa modalidade para a região Nordeste. Para as operações com recursos direcionados no Brasil, os números referem-se ao destino do crédito por setores e expressam a sua relação com o PIB; para o Nordeste, os números demonstram a contribuição, seguindo o mesmo procedimento, das agências de fomento oficiais na oferta de crédito na Região.

5.1 Proporção do Saldo Total das Operações de Crédito com o PIB - Brasil

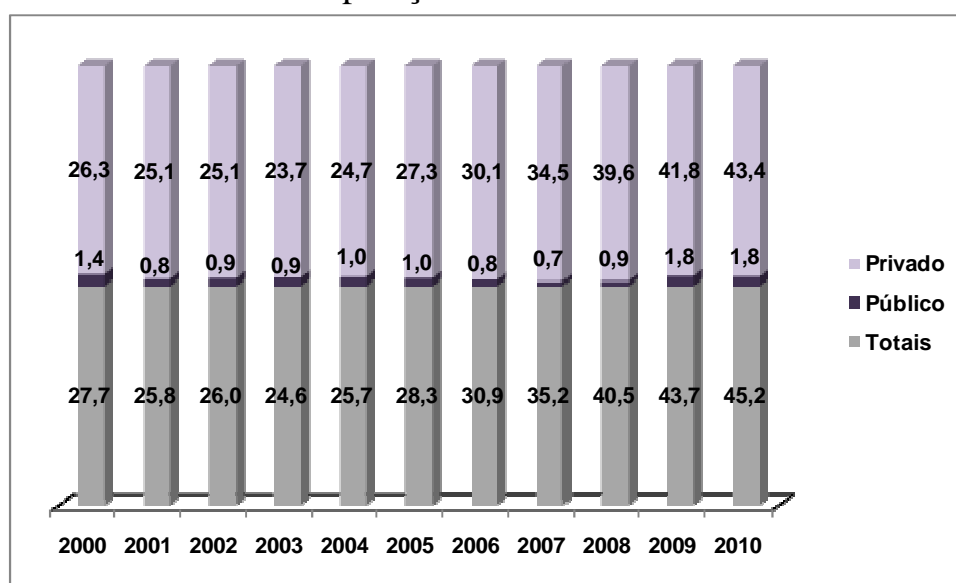


Gráfico 39: Proporção do Saldo das Operações de Crédito/PIB no Brasil (%) – Instituições Financeiras Públicas e Privadas – 2000 a 2010

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries.

Obs.: Percentuais calculados a partir de valores monetários a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em quase sua totalidade, a oferta de crédito no Brasil, no período entre 2000 e 2010, foi realizada pelas instituições financeiras privadas, o que é ilustrado pelo Gráfico 40. Se for considerado o saldo médio de todas as operações realizadas no período, aproximadamente 96,6% do crédito oferecido pelo sistema financeiro nacional foi de responsabilidade de instituições financeiras privadas, o que equivale, em média, a aproximadamente 31,1% do PIB do Brasil a Preços Constantes no período. As instituições financeiras públicas responderam aproximadamente por 3,3% da oferta de crédito no sistema financeiro nacional, ou 10,9% do PIB.

A relação entre as concessões de crédito do setor financeiro privado e o PIB no Brasil apresentou leve declínio até 2003 (23,7% do PIB ou R\$ 659,6 bilhões, ver Tabela 37), sofrendo, contudo, forte inflexão no ano seguinte, expandindo-se de forma consistente até atingir, finalmente, aproximadamente 43,4% do PIB (Gráfico 40) em 2010, o que representa um acréscimo de R\$ 1,638 trilhão (Tabela 37), ou uma variação de 135,4% em relação a 2000. Embora, como assinalado anteriormente, o volume médio de recursos ofertados pelas instituições financeiras públicas fosse apenas em torno de 10,9% do PIB em todo o período, ele apresentou uma variação relativa entre 2000 e 2010 ao redor de 85,3%, saltando de R\$ 36,5 bilhões para R\$ 67,8 bilhões (Tabela 37). Esse crescimento relativo das operações de crédito no Brasil entre os anos de 2000 e de 2010, tanto por instituições financeiras privadas, como por instituições públicas, revelou-se consideravelmente superior ao crescimento do próprio PIB a Preços Constantes no mesmo período, 42,6% (ver valores do PIB na Tabela 01).

5.2 Proporção do Saldo Total das Operações de Crédito no Nordeste com o PIB - Nordeste

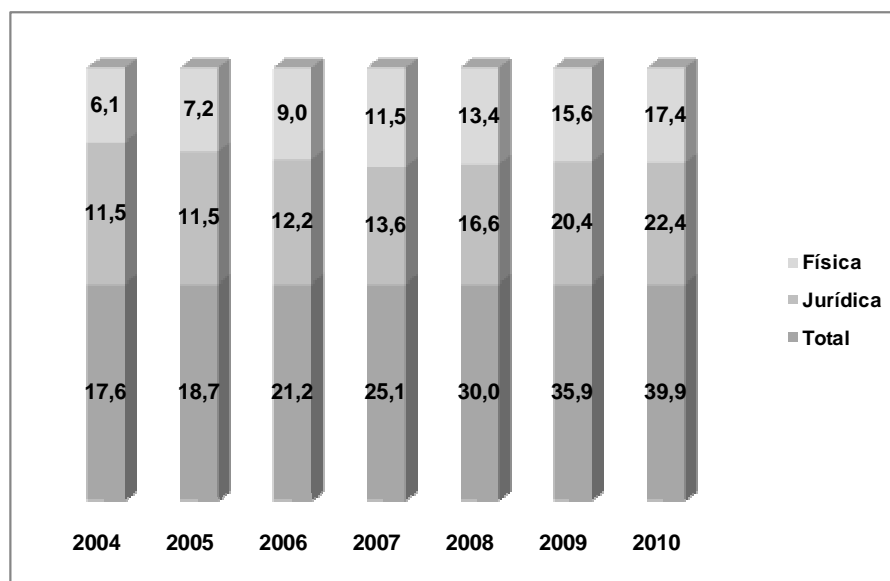


Gráfico 40: Proporção do Saldo das Operações de Crédito/PIB no Nordeste (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2004 a 2010

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries.

Obs.: 1) O PIB da região Nordeste no ano de 2010 foi estimado pelo Banco do Nordeste/ETENE/CIEST.

2) Percentuais calculados a partir de valores monetários a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB do Nordeste.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Mesmo com uma série histórica reduzida de seis anos, os dados referentes ao saldo total das operações de crédito no Nordeste, disponibilizados pelo Banco Central²⁰, mostram que os empréstimos e financiamentos concedidos nessa região também tiveram significativa expansão. De acordo com o Gráfico 41, a demanda total por crédito, entre 2004 e 2010, elevou-se de 17,6% para 39,9% do PIB regional²¹ a Preços Constantes, o que, em termos absolutos, representa um incremento aproximado de R\$ 132,6 bilhões (ver valores monetários na Tabela 38) ou ainda, uma variação relativa de 198,4% no período.

Quanto aos agentes demandantes de crédito, verifica-se maior participação relativa do crédito concedido às pessoas jurídicas em comparação às pessoas físicas no PIB da Região Nordeste, embora essa proporção tenha tomado uma trajetória favorável para as pessoas físicas no decorrer do período. De acordo com a Tabela 38, o valor das operações de crédito com pessoas jurídicas alcançou, em 2010, R\$ 112,1 bilhões, uma variação de 156,4% em relação a 2004; no mesmo período, esse saldo foi de R\$ 87,3 bilhões para as pessoas físicas, mas ele representou uma variação significativamente superior, de 277,8%. Com isso, a participação das operações de crédito com pessoas físicas no PIB da Região Nordeste elevou-

se de 6,1% para 17,4% (11,3 pontos percentuais – Gráfico 41), superando o crescimento das operações com pessoas jurídicas, de 11,5% para 22,4% (10,9 pontos percentuais).

5.3 Saldo Total das Operações de Crédito com Recursos Livres no Brasil

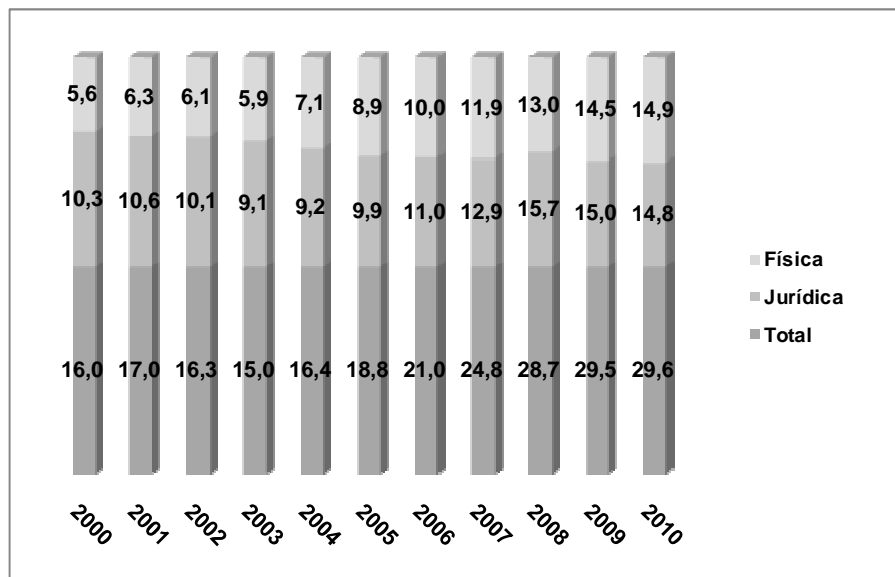


Gráfico 41: Proporção do Saldo das Operações de Crédito com Recursos Livres/PIB no Brasil (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2000 a 2010

Fonte: BACEN - Sistema Gerenciador de Séries.

Obs.: Percentuais calculados a partir de valores monetários a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Os créditos concedidos pelo sistema financeiro nacional sob a forma de recursos livres²² no Brasil tiveram um aumento de 16% para 29,6% do PIB a Preços Constantes (Gráfico 42), o que representa uma expansão absoluta de R\$ 694,4 bilhões entre 2000 e 2010 (Tabela 39), bem como uma variação relativa de 164,7%, superando a ocorrida com do PIB, 42,6%, no mesmo período.

Quanto ao destino dos recursos, observa-se que no período em estudo, a concessão de crédito às pessoas físicas teve uma expansão superior àquela destinada às pessoas jurídicas, tanto em termos relativos (276,4% contra 103,8%), como em termos absolutos, uma vez que o acréscimo no saldo das operações com recursos livres no período foi de R\$ 411,2 bilhões para as pessoas físicas e de R\$ 283,2 bilhões para as pessoas jurídicas (Tabela 39). Esse crescimento intensifica-se particularmente a partir de 2004, como demonstra o Gráfico 42, no qual o volume de crédito concedido às pessoas físicas expande-se progressiva e significativamente, permitindo àquela atingir, em 2010, o percentual de 14,9% do PIB (Gráfico 42), um acréscimo de 9,2 pontos em confronto com o ano de 2000,

praticamente igualando-se ao volume de concessões às pessoas jurídicas em relação ao PIB, 14,8%, cujo acréscimo foi de apenas 4,4 pontos percentuais no mesmo período.

5.4 Saldo total das operações de crédito com recursos direcionados no Brasil

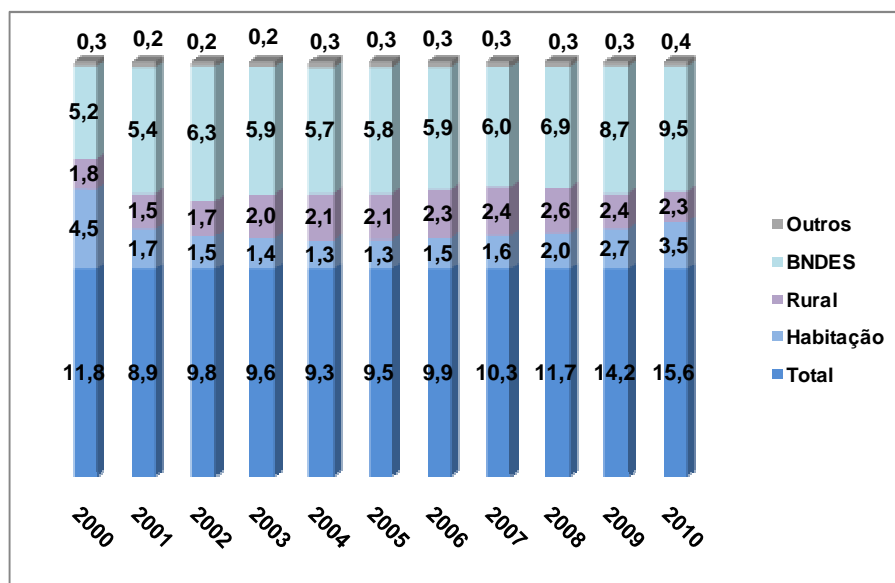


Gráfico 42: Proporção do Saldo das Operações de Crédito com Recursos Direcionados/PIB no Brasil (%) – Pessoa Física e Jurídica – 2000 a 2010

Fonte: BACEN - Sistema Gerenciador de Séries.

Obs.: Percentuais calculados a partir de valores monetários a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

O volume total de recursos ofertados sob a forma de crédito direcionado²³ no Brasil no período de 2000 a 2010 representou em média 11% do PIB a Preços Constantes. Coube ao BNDES, principal agente de fomento do Governo Federal, o maior volume de operações sob essa modalidade, o equivalente a 6,5% do PIB em média no período. Em seguida, figuram as concessões ao setor rural e ao habitacional, com aportes correspondentes a 2,1% do PIB e, por último, os demais setores, com 0,3% do PIB.

No total, a oferta de crédito direcionado no Brasil correspondia a 11,8% do PIB, ou R\$ 310,8 bilhões (Tabela 40) no ano de 2000, proporção que, no ano seguinte, sofre um recuo significativo de 2,9 pontos. Contudo, ele é revertido ao longo da década, atingindo em 2010 uma participação em torno de 15,6% do PIB, R\$ 589,7 bilhões, o que, em relação a 2000, representa um aumento relativo de 89,7%.

Paralelamente, as concessões de crédito direcionado realizadas pelo BNDES, elevaram-se de 5,2% (R\$ 138,9 bilhões) em 2000 para 9,5% do PIB em 2010 (R\$ 357,7 bilhões, ver Tabela 38), correspondendo a um incremento de R\$ 219,3 bilhões, ou uma

variação relativa de 158,5% no período, a maior dentre as linhas de crédito aqui abordadas. Os créditos direcionados ao setor habitacional, após a retração acentuada de 2,8 pontos entre 2000 e 2001 (Gráfico 43), recuperaram-se ao longo da década, alcançando em 2010 o percentual de 3,5% do PIB, R\$ 131,4 bilhões (Tabela 40), uma expansão de R\$ 12,9 bilhões, o equivalente a uma variação relativa em torno de 10,9% no período. As concessões ao setor rural tiveram um recuo menos acentuado entre 2000 e 2001, cerca de 0,3 ponto percentual, mas iniciaram a partir de 2002 uma trajetória ascendente, permitindo-as atingir em 2008 o seu teto máximo no período, 2,6% do PIB (R\$ 72,3 bilhões – Tabela 40), o qual, todavia, recua nos dois anos seguintes, fechando a década em 2,3% do PIB (R\$ 86,7 bilhões), o que ainda corresponde a um crescimento relativo de 85,4% em relação a 2000. Por último, o volume de crédito destinado aos demais setores, não obstante sua pequena participação no PIB, apresentou contínua expansão ao longo do período, 92,0% entre 2000 e 2010, resultando em um acréscimo de R\$ 6,6 bilhões ao final da série.

5.5 Saldo das operações de crédito das agências oficiais de fomento no Nordeste

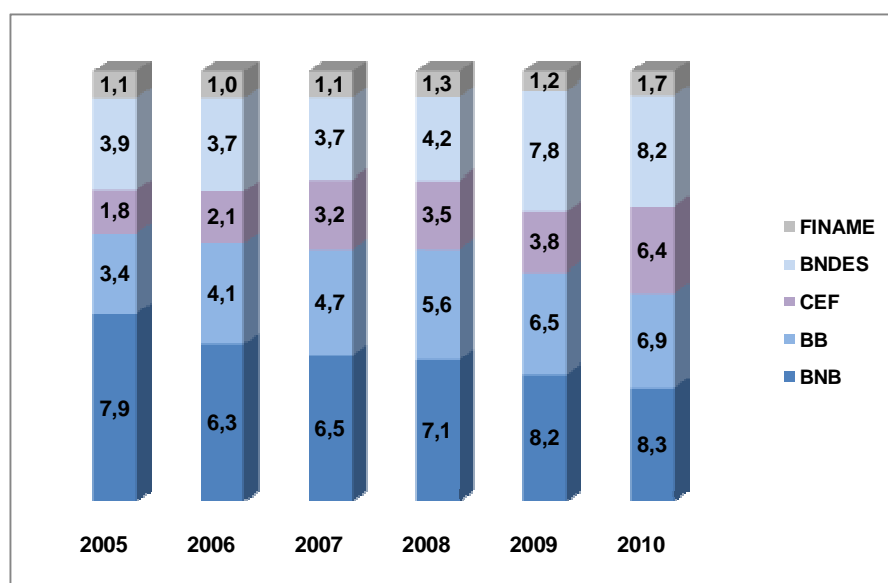


Gráfico 43: Proporção do Saldo das Operações de Crédito das Agências Oficiais de Fomento/PIB (%) no Nordeste – 2005 a 2010

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Dados e Estatísticas.

Obs.: 1) O PIB da Região Nordeste no ano de 2010 foi estimado pelo Banco do Nordeste/ETENE/CIEST.

2) Percentuais calculados a partir de valores monetários a Preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB do Nordeste.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Em média, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi o agente de fomento oficial responsável pela concessão do maior volume de crédito na Região entre 2005 e 2010, com uma média em torno de 7,4% do PIB do Nordeste a Preços Constantes. O saldo de R\$ 41,7 bilhões alcançado em 2010 (Tabela 41) representa uma variação relativa em torno de 33,9% em comparação a 2005, elevando de 7,9% para 8,3%, 0,5 pontos percentuais a sua relação com o PIB regional.

Em contraste, as operações de crédito das demais agências oficiais de fomento do governo evoluíram em ritmo superior no Nordeste durante o período abordado, aumentando, desta forma, sua participação no PIB nordestino. O saldo total das operações de crédito realizadas pela Caixa Econômica Federal saltou de 1,8%, em 2005, para 6,4% do PIB regional em 2010, o que corresponde a um aumento relativo de 347,1% no período (incremento de R\$ 24,8 bilhões – Tabela 41), o maior entre todas as agências, explicado em grande parte pelo salto de 2,6 pontos percentuais entre 2009 e 2010.

A média de concessões de crédito realizadas pelo BNDES no período situou-se em torno de 5,2% do PIB regional. A variação relativa entre os saldos monetários de 2005 e 2010 (R\$ 15,2 e R\$ 40,9 bilhões – Tabela 41) revela que a evolução dos investimentos do BNDES na Região foi da ordem de 167,9% (com destaque para a elevação de 4,0 pontos na relação com o PIB entre 2008 e 2010), elevando sua participação no PIB nordestino de 3,9% para 8,2%, (Gráfico 44).

As concessões feitas pelo Banco do Brasil representaram em média 5,2% do PIB regional (igualando-se às realizadas pelo BNDES), índice alcançado pelo incremento de R\$ 21 bilhões ao longo de 2005 e 2010 (Tabela 41), o que corresponde a uma evolução por volta de 154% dos investimentos do Banco do Brasil no Nordeste, e de sua relação com o PIB regional com a adição de 3,5 pontos percentuais neste período (Gráfico 44).

Por fim, os financiamentos concedidos pelo FINAME²⁴ tiveram uma participação média de 1,2% do PIB do Nordeste, aumentando-a em 0,6 pontos no período o que representa uma elevação de R\$ 4,3 para R\$ 8,6 bilhões (Tabela 41), ou um aumento aproximando de 98,9% entre 2005 e 2010.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - PIB e PIB Per Capita do Brasil a Preços Correntes e a Preços Constantes - 2000 a 2010

Anos	PIB R\$ 1.000.000 correntes	PIB R\$ 1.000.000 de 2010	PIB Per Capita R\$ 1,00 correntes	PIB Per Capita R\$ 1,00 de 2010	Índice do deflator implícito - BR
2000	1.179.482	2.643.399	6.886,28	15.433	151,3
2001	1.302.136	2.678.110	7.491,81	15.408	164,9
2002	1.477.822	2.749.296	8.382,24	15.594	182,3
2003	1.699.948	2.780.820	9.510,66	15.558	207,3
2004	1.941.498	2.939.669	10.720,25	16.232	224,0
2005	2.147.239	3.032.553	11.709,03	16.537	240,1
2006	2.369.484	3.152.552	12.769,08	16.989	254,9
2007	2.661.344	3.344.587	14.183,11	17.824	269,8
2008	3.032.203	3.517.555	15.991,55	18.551	292,3
2009	3.239.404	3.505.957	16.917,66	18.310	313,3
2010	3.770.085	3.770.085	19.508,59	19.509	339,1

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 2- PIB e PIB Per Capita do Nordeste a Preços Correntes e a Preços Constantes - 2000 a 2010

Anos	PIB R\$ 1.000.000 correntes	PIB R\$ 1.000.000 de 2010	PIB Per Capita R\$ 1,00 correntes	PIB Per Capita R\$ 1,00 de 2010	Índice do deflator implícito - NE
2000	146.827	336.671	3.049	6.991	155,1
2001	163.465	339.215	3.347	6.946	171,4
2002	191.592	349.096	3.870	7.051	195,2
2003	217.037	355.696	4.327	7.091	217,1
2004	247.043	378.880	4.863	7.458	231,9
2005	280.545	396.163	5.457	7.706	251,9
2006	311.104	414.997	5.983	7.981	266,7
2007	347.796	435.105	6.617	8.279	284,3
2008	397.500	459.228	7.487	8.650	307,9
2009	437.720	463.598	8.168	8.651	335,9
2010	500.407	500.407	9.255	9.255	355,7

Fonte: IBGE - Contas Regionais

Obs: O PIB do Nordeste para 2010 aqui apresentado é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE, uma vez que ainda não foram divulgados pelo IBGE os dados das contas regionais desse ano.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 3 – Componentes do PIB pela Ótica da Demanda a Preços Constantes: Brasil - 2000 a 2010

R\$ 1.000.000

Ano	Consumo das Famílias	Despesas Governamentais	FBCF + Variação de estoques	Exportações	Importações	Saldo Comercial (Exp - Imp)
2000	1.700.902	506.691	482.419	263.763	310.382	-46.618
2001	1.699.801	530.716	482.820	326.232	361.462	-35.229
2002	1.696.768	565.634	445.278	387.558	345.943	41.615
2003	1.722.133	539.162	438.559	416.758	335.789	80.969
2004	1.757.309	565.198	503.193	482.844	368.874	113.970
2005	1.827.845	603.835	491.448	458.775	349.350	109.425
2006	1.901.130	631.676	528.234	452.973	361.465	91.508
2007	2.003.309	677.453	612.983	446.983	396.142	50.841
2008	2.072.852	710.082	727.939	480.611	473.925	6.685
2009	2.142.654	743.531	625.394	384.919	390.539	-5.620
2010	2.248.625	797.333	763.013	409.868	448.750	-38.882

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Obs: Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 4- Componentes do PIB pela Ótica da Produção a Preços Constantes: Brasil - 2000 a 2010

R\$ 1.000.000

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Valor adicionado a preços básicos	Impostos líquidos sobre produtos
2000	128.288	634.965	1.526.417	2.289.669	353.728
2001	137.427	619.420	1.543.810	2.300.657	377.453
2002	156.738	640.723	1.571.031	2.368.491	380.805
2003	177.682	669.878	1.558.109	2.405.671	375.151
2004	174.420	759.742	1.588.760	2.522.921	416.749
2005	148.522	761.630	1.691.667	2.601.819	430.734
2006	148.436	778.267	1.780.052	2.706.757	445.795
2007	159.940	799.632	1.915.644	2.875.216	469.370
2008	177.040	835.232	1.981.219	2.993.491	524.064
2009	170.170	811.388	2.042.756	3.024.312	481.645
2010	171.177	905.852	2.150.151	3.227.180	542.904

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Obs: Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 5 - Taxas de Médias de Crescimento (TMC) do PIB e PIB Per Capita no Brasil - Décadas de 90 e de 00

Período 1991-2000			Período 2001-2010		
Anos	PIB R\$ 1.000.000	PIB Per Capita R\$ 1,00	Anos	PIB R\$ 1.000.000	PIB Per Capita R\$ 1,00
1990	2.057.354	14.035	2000	2.643.399	15.433
1991	2.078.545	13.941	2001	2.678.110	15.408
1992	2.067.247	13.641	2002	2.749.296	15.594
1993	2.169.054	14.086	2003	2.780.820	15.558
1994	2.296.005	14.677	2004	2.939.669	16.232
1995	2.392.984	15.062	2005	3.032.553	16.537
1996	2.444.445	15.152	2006	3.152.552	16.989
1997	2.526.952	15.429	2007	3.344.587	17.824
1998	2.527.846	15.205	2008	3.517.555	18.551
1999	2.534.268	15.018	2009	3.505.957	18.310
2000	2.643.399	15.433	2010	3.770.085	19.509
TMC Anual (%)	2,5	1,0	TMC Anual (%)	3,6	2,4

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Obs: Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 6- Taxas Médias de Crescimento (TMC) do PIB e PIB Per Capita no Nordeste - Décadas de 90 e de 00

Período 1991-2000			Período 2001-2010		
Anos	PIB R\$ 1.000.000	PIB Per Capita R\$ 1,00	Anos	PIB R\$ 1.000.000	PIB Per Capita R\$ 1,00
1990	270.471	6.369	2000	336.671	6.991
1991	275.596	6.382	2001	339.215	6.946
1992	275.612	6.302	2002	349.096	7.051
1993	281.835	6.365	2003	355.696	7.091
1994	296.086	6.605	2004	378.880	7.458
1995	302.259	6.661	2005	396.163	7.706
1996	249.148	6.799	2006	414.997	7.981
1997	289.384	7.005	2007	435.105	8.279
1998	307.496	6.895	2008	459.228	8.650
1999	323.433	6.796	2009	463.598	8.651
2000	336.671	6.991	2010	500.407	9.255
TMC Anual (%)	2,2	0,9	TMC Anual (%)	4,0	2,8

Fonte: IBGE - Contas Regionais

Obs.: 1) Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

2) O PIB do Nordeste para 2010 aqui apresentado é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE, uma vez que ainda não foram divulgados pelo IBGE os dados das contas regionais desse ano.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 7: Índices de Produção física industrial no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010

Ano	Brasil			Nordeste		
	Indústria geral	Indústria extrativa	Indústria de transformação	Indústria geral	Indústria extrativa	Indústria de transformação
2000	95,8	81,3	98,1	101,8	103,0	101,8
2001	97,3	84,1	99,5	99,3	99,1	99,6
2002	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	100,0	104,7	99,8	98,3	100,5	98,1
2004	108,4	109,2	108,3	105,7	102,6	106,0
2005	111,7	120,3	111,3	108,4	98,8	109,2
2006	114,9	129,2	114,1	112,0	94,5	113,5
2007	121,8	136,8	121,0	115,5	94,0	117,4
2008	125,5	141,9	124,7	117,1	96,6	118,9
2009	116,3	129,5	115,6	111,6	92,0	113,3
2010	128,4	146,8	127,5	120,6	92,4	123,1

Fonte: IBGE/PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

Obs.: Número-índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100). Os índices mensais divulgados pela pesquisa foram acumulados em cada ano a fim de analisá-los e compará-los com a base, composta pela média dos índices de 2002.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 8: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) no Brasil (%) - 2000 a 2010

Anos	Bens de Consumo Final	Bens de Capital	Bens de Consumo Intermediário
2000	76,5	80,0	86,4
2001	76,3	79,1	86,2
2002	74,7	71,9	85,0
2003	76,2	72,7	86,1
2004	78,4	79,3	87,3
2005	80,2	82,3	87,5
2006	80,0	81,7	87,0
2007	82,6	85,4	87,7
2008	85,5	88,0	86,7
2009	81,5	74,6	80,0
2010	85,4	82,8	85,5

Fonte: Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Média anual. Dados divulgados trimestralmente.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 9: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação no Nordeste (%) - 2002 a 2010

Anos	Nordeste	Bahia	Ceará	Pernambuco
2002	78,4	77,9	80,0	77,0
2003	77,4	75,9	80,2	75,8
2004	78,9	79,2	78,4	79,1
2005	78,1	79,7	77,6	77,2
2006	79,2	77,6	79,7	80,5
2007	77,5	77,4	81,7	73,1
2008	78,6	78,4	82,8	73,9
2009	78,8	78,6	84,3	72,9
2010	80,0	79,8	87,8	71,7

Fonte: FIEC/INDI/Unidade de Economia e Estatística – UEE.

Obs.: Média anual. Dados divulgados mensalmente.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 10: IPCA Acumulado no Ano (%). Principais Regiões Metropolitanas - 2006 a 2010

Posição	Total das Regiões	Fortaleza	Recife	Salvador
dez/06	3,1	2,6	2,9	3,2
dez/07	4,5	4,2	5,5	6,1
dez/08	5,9	6,3	7,0	5,2
dez/09	4,3	4,4	4,6	4,0
dez/10	5,9	6,5	4,6	6,2

Fonte: IBGE/SIDRA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 11: IPCA Acumulado por Categorias (%). Total das Regiões Metropolitanas - 2006 a 2010

Posição	Alimentação				Habitação				Transportes			
	Brasil	Fortaleza	Recife	Salvador	Brasil	Fortaleza	Recife	Salvador	Brasil	Fortaleza	Recife	Salvador
dez/06	1,2	1,2	-0,2	0,5	3,1	3,4	4,3	4,8	3,0	1,4	0,3	1,6
dez/07	10,8	10,7	12,7	11,6	1,8	0,1	1,8	6,9	2,1	0,4	2,2	6,7
dez/08	11,1	10,5	10,8	11,3	5,1	6,8	6,6	0,6	2,3	2,2	4,5	1,7
dez/09	3,2	2,8	3,0	2,1	5,7	6,0	6,4	6,2	2,4	2,7	2,8	3,6
dez/10	10,4	11,3	8,5	9,3	5,0	5,4	-0,4	5,1	2,4	0,3	1,3	4,1

Fonte: IBGE/SIDRA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Obs.: As categorias acima foram escolhidas por apresentarem, na média, maior peso relativo no orçamento dos consumidores no período e nas regiões em estudo.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 12: Sistema de Metas para a Inflação - 2000 a 2010

Ano	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Inflação Efetiva (% a.a.)	Taxa Selic (% a.a.)
2000	6,0	2,0	4,0	8,0	6,0	17,5
2001	4,0	2,0	2,0	6,0	7,7	17,7
2002	3,5	2,0	1,5	5,5	12,5	19,5
2003	8,5	-	8,5	8,5	9,3	22,9
2004	5,5	-	5,5	5,5	7,6	16,3
2005	4,5	2,5	2,0	7,0	5,7	19,1
2006	4,5	2,0	2,5	6,5	3,1	16,3
2007	4,5	2,0	2,5	6,5	4,5	12,6
2008	4,5	2,0	2,5	6,5	5,9	12,1
2009	4,5	2,0	2,5	6,5	4,3	11,0
2010	4,5	2,0	2,5	6,5	5,9	9,5

Fonte: Bacen/Sistema de Metas para a Inflação

Obs.: 1) Taxa básica de juros da economia, divulgada pelo COPOM - Comitê de Política Monetária. Os valores expressam uma média anual, calculada a partir da taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

2) As metas iniciais de inflação para 2003 e 2004 foram ajustadas para os limites máximos de 8,5% e 5,5%, modificação proposta pelo Banco Central aceita pelo Ministério da Fazenda.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 13: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado nas Principais Regiões Metropolitanas - 2002 a 2010

Posição	PEA	Pessoal Ocupado	1.000 Pessoas
			Pessoal Desocupado
dez/02	36.674	18.146	2.130
dez/03	37.420	18.946	2.314
dez/04	38.088	19.525	2.081
dez/05	38.732	19.928	1.824
dez/06	39.278	20.361	1.863
dez/07	39.911	20.883	1.681
dez/08	40.436	21.506	1.566
dez/09	41.135	21.814	1.592
dez/10	41.590	22.450	1.251

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 14: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais nas Principais Regiões Metropolitanas - 2002 a 2010

Posição	Pessoal Ocupado	Empregos Formais	<i>1.000 Pessoas</i>
			Empregos Informais
dez/02	18.146	8.389	3.805
dez/03	18.946	8.237	4.272
dez/04	19.525	8.553	4.524
dez/05	19.928	9.070	4.395
dez/06	20.361	9.378	4.320
dez/07	20.883	9.938	4.248
dez/08	21.506	10.574	4.119
dez/09	21.814	10.749	4.193
dez/10	22.450	11.594	3.934

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 15: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado em Salvador - 2002 a 2010

Posição	PEA	Pessoal Ocupado	<i>1.000 Pessoas</i>
			Pessoal Desocupado
dez/02	2.706	1.328	231
dez/03	2.807	1.374	255
dez/04	2.908	1.446	264
dez/05	2.986	1.494	256
dez/06	3.053	1.570	222
dez/07	3.165	1.625	209
dez/08	3.214	1.631	181
dez/09	3.312	1.687	203
dez/10	3.354	1.775	163

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 16: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais em Salvador - 2002 a 2010

1.000 Pessoas

Posição	Pessoal Ocupado	Empregos Formais	Empregos Informais
dez/02	1.328	551	308
dez/03	1.374	593	285
dez/04	1.446	592	313
dez/05	1.494	608	350
dez/06	1.570	667	350
dez/07	1.625	694	362
dez/08	1.631	745	353
dez/09	1.687	778	322
dez/10	1.775	861	336

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 17: População Economicamente Ativa (PEA), Pessoal Ocupado e Desocupado em Recife - 2002 a 2010

1.000 Pessoas

Posição	PEA	Pessoal Ocupado	Pessoal Desocupado
dez/02	2.844	1.227	155
dez/03	2.893	1.291	178
dez/04	2.964	1.309	162
dez/05	3.030	1.315	213
dez/06	3.044	1.370	159
dez/07	3.106	1.351	147
dez/08	3.198	1.441	122
dez/09	3.235	1.458	133
dez/10	3.247	1.534	114

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 18: Pessoal Ocupado, Empregos Formais e Informais em Recife - 2002 a 2010*1.000 Pessoas*

Posição	Pessoal Ocupado	Empregos Formais	Empregos Informais
dez/02	1.227	453	300
dez/03	1.291	445	314
dez/04	1.309	487	319
dez/05	1.315	500	310
dez/06	1.370	524	324
dez/07	1.351	552	274
dez/08	1.441	621	262
dez/09	1.458	628	282
dez/10	1.534	695	284

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.**Elaboração:** BNB/ETENE/CIEST.**Tabela 19: Evolução do Estoque de Empregos Formais no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010***1.000 pessoas*

Anos	Brasil	Nordeste
2000	26.229	4.375
2001	27.190	4.555
2002	28.684	4.859
2003	29.545	5.095
2004	31.408	5.395
2005	33.239	5.809
2006	35.155	6.186
2007	37.607	6.568
2008	39.442	6.949
2009	41.208	7.422
2010	44.068	8.011

Fonte: MTE/Relatório Anual de Informações Sociais.**Elaboração:** BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 20: Evolução da Remuneração Média Anual - BR e NE - 2000 a 2010

Anos	<i>R\$ 1,00 de 2010 (INPC)</i>	
	Brasil	Nordeste
2000	1.439	1.033
2001	1.452	1.025
2002	1.408	1.001
2003	1.315	944
2004	1.416	1.016
2005	1.359	1.002
2006	1.430	1.076
2007	1.460	1.110
2008	1.500	1.151
2009	1.536	1.205
2010	1.588	1.260

Fonte: MTE/Relatório Anual de Informações Sociais.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 21: Evolução da Massa Salarial do Emprego Formal no Brasil e Nordeste - 2000 a 2010

Anos	<i>R\$ 1.000.000</i>			
	<i>A R\$ de 2010 (INPC)</i>		<i>A R\$ de 2010 (Deflator do PIB)</i>	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
2000	475.132	56.805	540.704	63.571
2001	496.085	58.571	556.893	63.764
2002	506.670	60.660	566.959	63.900
2003	496.559	61.158	571.439	67.773
2004	533.686	65.741	604.115	72.450
2005	570.535	73.324	639.842	79.028
2006	637.819	84.156	693.848	88.224
2007	691.363	91.309	738.352	93.304
2008	751.689	100.601	788.832	101.055
2009	798.248	112.018	821.895	108.485
2010	885.769	126.513	885.769	126.513

Fonte: MTE/Relatório Anual de Informações Sociais.

Obs: Os valores da massa salarial foram corrigidos pelos índices dos deflatores do PIB, do Brasil e do Nordeste respectivamente.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 22: Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB - 2000 a 2010

Anos	Sal. Mín. Médio Nominal R\$ 1,00	PIB R\$ 1.000.000 correntes	Sal. Mín. a Preços de 2010 R\$ 1,00	PIB a Preços de 2010 R\$ 1.000.000
2000	147,25	1.179.482	330,0	2.643.399
2001	172,75	1.302.136	355,3	2.678.110
2002	195,00	1.477.822	362,8	2.749.296
2003	230,00	1.699.948	376,2	2.780.820
2004	253,33	1.941.498	383,6	2.939.669
2005	286,67	2.147.239	404,9	3.032.553
2006	337,50	2.369.484	449,0	3.152.552
2007	372,50	2.661.344	468,1	3.344.587
2008	406,25	3.032.203	471,3	3.517.555
2009	460,83	3.239.404	498,8	3.505.957
2010	510,00	3.770.085	510,0	3.770.085

Fontes: 1) Salário mínimo - Fundação Getúlio Vargas (FGV);

2) PIB: IBGE - Contas Nacionais Trimenstrais.

Obs.: Valores a preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 23: Dívida Líquida do Setor Público no Brasil - 2001 a 2010

R\$ 1.000.000

Ano	Dívida Interna	Dívida Externa	Dívida Líquida Total
2001	1.135.854	257.422	1.393.275
2002	1.228.863	431.131	1.659.993
2003	1.214.453	310.363	1.524.815
2004	1.255.632	232.008	1.487.640
2005	1.372.956	95.904	1.468.861
2006	1.527.216	-37.008	1.490.208
2007	1.772.140	-249.284	1.522.856
2008	1.740.885	-385.652	1.355.233
2009	1.791.443	-316.602	1.474.841
2010	1.835.512	-359.692	1.475.820

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 24: Dívida Líquida do Setor Público por Agentes no Brasil - 2001 a 2010*R\$ 1.000.000*

Ano	Esferas de Governo			Empresas Estatais			Bacen
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	
2001	862.007	418.352	53.795	1.980	66.636	5.619	-15.114
2002	1.054.336	479.949	65.098	-5.243	71.277	5.563	-10.987
2003	956.212	454.786	63.311	-1.900	56.959	4.927	-9.481
2004	923.733	463.262	68.284	-10.031	50.654	4.760	-13.022
2005	932.382	431.761	62.623	-11.210	42.981	4.620	5.703
2006	967.683	421.581	62.630	-13.094	35.540	4.584	11.284
2007	1.015.556	407.315	61.851	-12.623	35.448	4.520	10.790
2008	881.939	417.131	64.243	-10.989	35.544	4.398	-37.032
2009	1.051.682	379.166	60.679	-8.133	30.210	3.650	-42.414
2010	1.044.518	387.503	63.264	-7.053	27.661	3.329	-43.401

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: 1) As empresas estatais aqui abordadas não incluem a Petrobrás e Eletrobrás.

2) Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 25: Necessidades de Financiamento do Setor Público no Brasil - 2001 a 2010*R\$ 1.000.000*

Anos	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal
2001	-86.059	178.538	92.478
2002	-88.413	210.723	122.310
2003	-90.937	236.532	145.595
2004	-109.348	194.602	85.254
2005	-114.800	223.277	108.476
2006	-101.004	215.438	114.434
2007	-110.690	204.267	93.577
2008	-120.164	192.003	71.840
2009	-70.098	185.082	114.984
2010	-101.696	195.369	93.673

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 26: Resultado Primário (Setor Público) por Agentes - 2002 a 2010

R\$ 1.000.000

Anos	Esfera Federal				Esfera Regional			
	Governo federal	Bacen	INSS	Estatais federais	Governos estaduais	Governos municipais	Estatais estaduais	Estatais municipais
2002	-92.449	1.446	31.622	-2.705	-15.924	-3.857	-6.519	-27
2003	-106.890	318	43.193	1.611	-19.492	-3.118	-6.205	-355
2004	-128.257	509	48.430	-66	-24.317	-2.152	-3.400	-94
2005	-132.233	441	53.069	-1.355	-24.284	-5.831	-4.462	-144
2006	-124.518	229	55.967	911	-21.780	-4.451	-7.289	-73
2007	-131.913	810	56.404	2.036	-32.673	-4.946	-324	-85
2008	-125.272	548	42.002	485	-30.081	-5.387	-2.373	-85
2009	-93.012	681	46.395	1.742	-19.434	-3.296	-2.883	-291
2010	-122.133	520	42.890	624	-16.961	-3.674	-2.740	-221

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: 1) As empresas estatais aqui abordadas não incluem a Petrobrás e Eletrobrás.

2) Valores a preços de 2010 corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 27: Perfil das Finanças Públicas do Nordeste - 2007 a 2010

R\$ 1.000.000 correntes

Período	Dívida líquida	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal	Outros Fluxos
3ºQuad/07	30.130	0	0	0	0
1ºQuad/08	25.261	-6.098	1.462	-4.636	-233
2ºQuad/08	23.735	-9.132	3.384	-5.748	-647
3ºQuad/08	29.283	-6.833	4.367	-2.467	1.620
1ºQuad/09	27.126	-2.262	525	-1.737	-420
2ºQuad/09	24.656	-4.531	996	-3.535	-1.092
3ºQuad/09	27.243	-2.134	1.526	-608	-1.432
1ºQuad/10	26.424	-2.229	1.362	-867	48
2ºQuad/10	28.550	-1.995	2.699	704	603
3ºQuad/10	31.624	-848	4.516	3.669	712

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs: Dados coletados dos Estados e principais municípios da Região Nordeste.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 28: Saldo do Balanço de Pagamentos no Brasil - 2000 a 2010

US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)

Anos	Transações Correntes	Capital e Financeira	Erros/Omissões	Saldo Balanço Pagamentos
2000	-24.225	19.326	2.637	-2.262
2001	-23.215	27.052	-531	3.307
2002	-7.637	8.004	-66	302
2003	4.177	5.111	-793	8.496
2004	11.679	-7.523	-1.912	2.244
2005	13.985	-9.464	-201	4.319
2006	13.643	16.299	628	30.569
2007	1.551	89.086	-3.152	87.484
2008	-28.192	29.352	1.809	2.969
2009	-24.302	71.301	-347	46.651
2010	-47.518	100.102	-3.484	49.100

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 29: Saldo em Transações Correntes - 2000 a 2010

US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)

Período	Balanço Comercial			Rendas	Serviços	Transferências Unilaterais	Saldo Transações Correntes
	Exportações	Importações	Saldo Balança Comercial				
2000	55.086	-55.783	-698	-17.886	-7.162	1.521	-24.225
2001	58.223	-55.572	2.650	-19.743	-7.759	1.638	-23.215
2002	60.362	-47.240	13.121	-18.191	-4.957	2.390	-7.637
2003	73.084	-48.290	24.794	-18.552	-4.931	2.867	4.177
2004	96.475	-62.835	33.641	-20.520	-4.678	3.236	11.679
2005	118.308	-73.606	44.703	-25.967	-8.309	3.558	13.985
2006	137.807	-91.351	46.457	-27.480	-9.640	4.306	13.643
2007	160.649	-120.617	40.032	-29.291	-13.219	4.029	1.551
2008	197.942	-173.107	24.836	-40.562	-16.690	4.224	-28.192
2009	152.995	-127.705	25.290	-33.684	-19.245	3.338	-24.302
2010	201.915	-181.649	20.267	-39.558	-31.071	2.845	-47.518

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 30: Saldo Conta Capital e Financeira - 2000 a 2010

US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)

Período	Saldo Conta Capital	Conta Financeira					Saldo Conta Capital e Financeira
		Saldo Conta Financeira	Investimento Estgr. Direto	Inv. Estrag. em Carteira	Outros Investimentos	Derivativos	
2000	273	19.053	30.498	6.955	-18.202	-197	19.326
2001	-36	27.088	24.715	77	2.767	-471	27.052
2002	433	7.571	14.108	-5.119	-1.062	-356	8.004
2003	498	4.613	9.894	5.308	-10.438	-151	5.111
2004	372	-7.895	8.339	-4.750	-10.806	-677	-7.523
2005	663	-10.127	12.550	4.885	-27.521	-40	-9.464
2006	869	15.430	-9.380	9.081	15.688	41	16.299
2007	756	88.330	27.518	48.390	13.131	-710	89.086
2008	1.055	28.297	24.601	1.133	2.875	-312	29.352
2009	1.129	70.172	36.033	50.283	-16.300	156	71.301
2010	1.119	98.983	36.962	64.458	-2.324	-112	100.102

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST

Tabela 31: Saldo do Comércio Exterior - Brasil e Nordeste - 2000 a 2010

US\$ 1.000.000 (FOB)

Anos	Brasil			Nordeste		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
2000	55.119	55.851	-732	4.026	4.776	-750
2001	58.287	55.602	2.685	4.188	5.129	-941
2002	60.439	47.243	13.196	4.656	4.660	-4
2003	73.203	48.326	24.878	6.112	4.329	1.783
2004	96.677	62.836	33.842	8.043	5.511	2.533
2005	118.529	73.600	44.929	10.561	6.308	4.253
2006	137.807	91.351	46.457	11.629	8.855	2.774
2007	160.649	120.617	40.032	13.086	11.777	1.310
2008	197.942	172.985	24.958	15.452	15.526	-75
2009	152.995	127.722	25.272	11.616	10.796	821
2010	201.915	319.120	-117.205	15.868	17.487	-1.620

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 32: Pauta de Exportações do Brasil por Fator Agregado - 2000 a 2010

US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)

Período	Básicos	Semi Manufaturado	Manufaturados (b)	Industrializados (a+b)	Operações Especiais	Total Exportações
2000	12.564	8.499	32.559	41.058	1.497	55.119
2001	15.349	8.244	32.957	41.201	1.736	58.287
2002	16.959	8.965	33.068	42.034	1.446	60.439
2003	21.186	10.945	39.764	50.709	1.308	73.203
2004	28.529	13.433	53.137	66.570	1.579	96.677
2005	34.724	15.963	65.361	81.323	2.482	118.529
2006	40.281	19.523	75.023	94.546	2.981	137.807
2007	51.596	21.800	83.943	105.743	3.311	160.649
2008	73.028	27.073	92.683	119.756	5.159	197.942
2009	62.156	20.502	67.541	88.043	2.796	152.995
2010	90.147	28.207	79.786	107.993	3.775	201.915

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 33: Pauta de Importações do Brasil por Fator Agregado - 2000 a 2010*US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)*

Período	Básicos	Semi Manufaturados (a)	Manufaturados (b)	Industrializados (a+b)	Total Importações
2000	7.396	2.100	46.354	48.454	55.851
2001	6.987	1.895	46.719	48.614	55.602
2002	7.201	1.684	38.358	40.042	47.243
2003	8.607	1.929	37.790	39.719	48.326
2004	12.299	2.819	47.717	50.536	62.836
2005	13.675	3.169	56.756	59.926	73.600
2006	17.163	4.305	69.882	74.188	91.351
2007	21.774	5.660	93.184	98.844	120.617
2008	31.631	8.860	132.494	141.354	172.985
2009	18.789	5.103	103.831	108.934	127.722
2010	41.901	12.462	264.757	277.219	319.120

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 34: Pauta de Exportações do Nordeste por Fator Agregado - 2000 a 2010*US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)*

Período	Básicos	Semi Manufaturados (a)	Manufaturados (b)	Industrializados (a+b)	Operações Especiais	Total Exportações
2000	738	1.462	1.754	3.215	73	4.026
2001	805	1.355	1.953	3.308	75	4.188
2002	948	1.395	2.254	3.649	59	4.656
2003	1.437	1.563	3.055	4.618	58	6.112
2004	2.038	1.960	3.965	5.925	80	8.043
2005	2.561	2.481	5.391	7.872	128	10.561
2006	2.068	3.493	5.937	9.430	132	11.629
2007	2.605	4.030	6.274	10.304	177	13.086
2008	3.450	5.358	6.397	11.755	246	15.452
2009	2.934	3.743	4.772	8.515	168	11.616
2010	4.467	4.622	6.530	11.152	249	15.868

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 35: Pauta de Importações do Nordeste por Fator Agregado - 2000 a 2010*US\$ 1.000.000 Correntes (FOB)*

Período	Básicos	Semi Manufaturados (a)	Manufaturados (b)	Industrializados (a+b)	Total Importações
2000	1.087	132	3.557	3.689	4.776
2001	738	128	4.263	4.391	5.129
2002	744	134	3.782	3.916	4.660
2003	881	134	3.314	3.448	4.329
2004	1.420	162	3.929	4.091	5.511
2005	1.098	142	5.067	5.209	6.308
2006	1.752	177	6.926	7.103	8.855
2007	2.089	321	9.366	9.688	11.777
2008	2.472	571	12.483	13.054	15.526
2009	1.728	372	8.696	9.068	10.796
2010	2.528	479	14.480	14.960	17.487

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 36: Evolução do Estoque de Reservas Internacionais no Brasil - 2000 a 2010

Anos	US\$ 1.000.000
2000	33.011
2001	35.866
2002	37.823
2003	49.296
2004	52.935
2005	53.799
2006	85.839
2007	180.334
2008	193.783
2009	238.520
2010	288.575

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 37: Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Instituições Financeiras Públicas e Privadas - 2000 a 2010

Anos	R\$ 1.000.000		
	Total	Público	Privado
2000	732.467	36.591	695.873
2001	691.826	20.254	671.568
2002	715.119	23.852	691.263
2003	684.198	24.516	659.681
2004	755.127	29.076	726.051
2005	857.301	29.031	828.269
2006	974.697	25.109	949.588
2007	1.176.264	23.668	1.152.596
2008	1.423.742	31.574	1.392.167
2009	1.530.679	63.827	1.466.854
2010	1.705.890	67.805	1.638.084

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Valores a preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 38: Saldo das Operações de Crédito no Nordeste - Pessoa Física e Jurídica - 2004 a 2010*R\$ 1.000.000*

Anos	Total	Jurídicas	Físicas
2004	66.820	43.715	23.105
2005	74.097	45.489	28.610
2006	88.092	50.812	37.281
2007	109.306	59.217	50.089
2008	137.911	76.376	61.536
2009	166.661	94.365	72.295
2010	199.423	112.113	87.311

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: 1) Os valores consolidados das operações de crédito totais (pessoas jurídicas e físicas) para o nordeste divulgados pelo Banco central, correspondem a aproximadamente 90% da carteira de crédito das instituições financeiras. Foram por isso estimados os valores totais (valores divulgados/0,9), a fim de se obter a relação entre as operações de crédito totais no Nordeste e o PIB regional;

2) Valores a preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB do Nordeste.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 39: Saldo das Operações de Crédito com Recursos Livres no Brasil - 2000 a 2010*R\$ 1.000.000*

Anos	Total	Jurídica	Física
2000	421.655	272.889	148.765
2001	454.299	284.309	169.991
2002	446.878	278.581	168.297
2003	418.186	252.961	165.225
2004	481.366	271.566	209.800
2005	570.157	300.787	269.370
2006	663.020	346.408	316.612
2007	830.460	431.372	399.088
2008	1.010.623	553.224	457.399
2009	1.033.067	524.541	508.525
2010	1.116.149	556.124	560.025

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Valores a preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 40: Saldo das Operações de Crédito com Recursos Direcionados no Brasil - 2000 a 2010
R\$ 1.000.000

Anos	Total	Habitaco	Rural	BNDES	Outros
2000	310.812	118.463	46.777	138.391	7.178
2001	237.529	45.326	40.527	145.125	6.549
2002	268.241	42.054	46.238	173.814	6.134
2003	266.013	38.725	56.560	163.880	6.848
2004	273.761	37.390	61.643	166.573	8.155
2005	287.144	39.721	63.713	175.267	8.444
2006	311.676	45.874	72.346	184.915	8.542
2007	345.804	54.772	80.770	201.044	9.219
2008	413.119	69.272	90.838	242.754	10.255
2009	497.656	94.549	85.192	306.321	11.551
2010	589.741	131.420	86.764	357.773	13.784

Fonte: BCB - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Obs.: Valores a prelos de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Elaboraco: BNB/ETENE/CIEST.

Tabela 41: Saldo das Operaces de Crédito das Agências Oficiais de Fomento no Nordeste - 2000 a 2010
R\$ 1.000.000

Anos	Banco do Nordeste	Banco do Brasil	Caixa Econmica	BNDES	FINAME
2005	31.152	13.617	7.162	15.286	4.365
2006	26.345	16.873	8.712	15.503	4.342
2007	28.459	20.659	13.732	15.993	4.947
2008	32.755	25.711	16.098	19.319	5.787
2009	37.909	30.128	17.841	36.033	5.523
2010	41.724	34.627	32.024	40.950	8.684

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gesto/Dados e Estatísticas.

Obs.: Valores a preços de 2010, corrigidos pelo deflator implícito do PIB do Nordeste.

Elaboraco: BNB/ETENE/CIEST

Referências

- Banco Central do Brasil (BCB). /Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Acesso em _____. / Indicadores Econômicos. Acesso em 12/10/2011.
- _____. / Série Histórica do Balanço de Pagamentos. Acesso em 14/10/2011.
- _____. Sistema de Metas para a Inflação. Acesso em 18/10/2011.
- _____/PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados/Reservas Internacionais. Acesso em 14/10/2011.
- Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) / Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI) / Unidade de Economia e Estatística – UEE. Acesso em 30/10/2011.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). Acesso em 03/11/2011.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contas Nacionais Trimestrais. Acesso em 26/12/2011.
- _____. Contas Regionais. Acesso em 27/12/2011.
- _____. Sidra / Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). Acesso em 14/11/2011.
- _____. Sidra / Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Acesso em 15/11/2011.
- _____. Sidra / Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Acesso em 20/11/2011.
- _____. Séries Históricas de Números Índices (IPCA e INPC). Acesso em 24/11/2011.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) / IPEA Data – Séries Mais Usadas. Acesso em 05/11/2011.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) / Estatísticas do Comércio Exterior/ Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior (DPLA). Acesso em 17/11/2011.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) / Dados e Estatísticas. Acesso em 11/12/2011.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) / Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Acesso em 20/12/2011.

Notas

¹ Os dados de contas regionais só foram divulgados até o ano de 2009. O valor do PIB em 2010 é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE.

² Nas séries históricas sobre a produção física industrial do Brasil e do Nordeste, levando-se em consideração o índice de base fixa sem ajuste sazonal, os índices mensais (divulgados pelo IBGE/ PIM-PF) foram acumulados em cada ano a fim de analisá-los e compará-los com a base, composta pela média dos índices de 2002.

³ Por nível de utilização da capacidade instalada (NUCI), compreende-se o volume físico total produzido pelas unidades fabris, por unidade de tempo. Pode-se alcançar um volume de produção igual ao especificado no projeto, o que corresponde ao pleno emprego dos fatores de produção (=100%), ou inferior a ele (< 100%), sendo essa diferença, por sua vez, conhecida como nível de ociosidade industrial.

⁴ As categorias Alimentação, Habitação e Transportes foram escolhidas por apresentarem, na média, maior peso relativo no orçamento dos consumidores no período, no Brasil e nas Unidades da Federação em estudo.

⁵ Taxa básica de juros da economia, divulgada pelo COPOM - Comitê de Política Monetária. Os valores expressam uma média anual, calculada a partir da taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

⁶ As metas iniciais de inflação para 2003 e 2004 foram ajustadas para os limites máximos de 8,5% e 5,5%, modificação proposta pelo Banco Central do Brasil e aceita pelo Ministério da Fazenda.

⁷ Uma vez que o presente trabalho se propõe somente a mostrar dados e informações sobre o contingente de trabalhadores com vínculos formais e informais (com e sem carteira assinada) no mercado de trabalho, excluíram-se, por esta razão, os demais tipos de empregados quanto à posição no trabalho principal que compõem a variável "Pessoal Ocupado", divulgada na PME: militares, funcionários públicos estatutários, empregadores, autônomos e empregados não remunerados.

⁸ Para melhor compreensão do conceito, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa - PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa - PEA). Na Pesquisa Mensal do Emprego realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a dez (10) anos compõem o estoque total da PIA.

⁹ De acordo com a definição do MTE/PDET, "a massa salarial anual é a soma da massa salarial dos 12 meses do ano, acrescido (sic) ou não do 13º salário, isto é, o somatório do produto entre a remuneração média mensal pelo número de vínculos empregatícios ativos no mês. Entretanto, como a remuneração média mês a mês não está disponível na base estatística, uma boa estimativa para o cálculo da massa salarial anual pode ser obtida pelo produto da massa salarial de dezembro por 12 ou por 13, caso considere o 13º salário". No caso da RAIS esse último é excluído no cálculo da massa salarial.

¹⁰ É definida como o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não financeiro e do Banco Central. Os saldos são apurados pelo critério de competência, ou seja, a apropriação de encargos é contabilizada na forma *pró-rata*, independente da ocorrência de liberações ou reembolsos no período. O setor público não financeiro é constituído pelas administrações direta e indireta nas três esferas do governo, mais Banco Central, sistema público de previdência social e empresas estatais não financeiras, exceto as pertencentes aos grupos Petrobrás e Eletrobrás.

¹¹ O critério usado pelo Banco Central do Brasil para calcular a NFSP denomina-se "abaixo da linha", ou seja, o déficit é apurado pelo seu financiamento e não pelos fatos que o geraram ("acima da linha"), uma vez que "... podem ocorrer discrepâncias estatísticas em decorrência de questões específicas relacionadas à abrangência e/ou período da compilação." (BCB, Manual de estatísticas fiscais, abril de 2008 última atualização: 2009, p. 09).

¹² “É o componente não financeiro do resultado fiscal do setor público (ou o resultado da política de arrecadação e gastos do governo, gerando um superávit ou déficit). Corresponde ao resultado nominal menos os juros nominais apropriados por competência, incidentes sobre a dívida.” (BCB, Informações econômico-financeiras – Séries temporais/Metadados).

¹³ “Refere-se ao fluxo de juros, apropriados por competência, incidentes sobre a dívida interna e externa. Engloba os juros reais e o componente de atualização monetária da dívida. Corresponde ao componente financeiro do resultado fiscal. Exclui o impacto da variação cambial sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar”. (BCB, Informações econômico-financeiras – Séries temporais/Metadados).

¹⁴ “Abrange o componente de atualização monetária da dívida, os juros reais e o resultado fiscal primário.” (BCB, Informações econômico-financeiras – Séries temporais/Metadados). Em outras palavras, o saldo do resultado nominal determina a maior (resultado primário < juros nominais) ou menor (resultado primário > juros nominais) pressão do setor público não financeiro (NFSP) sobre os recursos financeiros da economia a fim de financiar seus déficits.

¹⁵ As estatísticas regionais sobre a DLSP e a NFSP divulgadas pelo Banco Central do Brasil se referem somente aos municípios mais representativos de cada estado e também excluem as empresas estatais do conceito de setor público.

¹⁶ Foram omitidos os erros e omissões, que é uma conta compensatória, cuja finalidade é eliminar os erros e discrepâncias eventualmente ocorridos na apuração das transações externas, permitindo, dessa forma, o fechamento contábil do balanço de pagamentos.

¹⁷ Segundo definição do próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, o fator agregado corresponde à maior ou menor quantidade de transformação (agregação de valor) que a mercadoria sofreu durante o seu processo produtivo, até a venda final. Não foram incluídas neste estudo as operações especiais, definidas pelo MDIC como bens que se incluem na balança comercial, mas nem sempre é possível identificá-los com o maior grau de detalhamento da classificação de mercadorias, sendo classificadas, portanto, como transações especiais de exportação.

¹⁸ Reservas em moeda estrangeira aqui são definidas segundo o conceito de liquidez internacional. “As reservas internacionais no Banco Central são constituídas por ouro monetário, DES e ativos em moeda estrangeira, representados por depósitos (*overnight*, acordo de recompra no FED, prazo fixo), títulos, títulos de exportação (até outubro de 2000), créditos cedidos a outros países (até fevereiro de 2001) e créditos cursados em acordo de convênio. A posição de reserva no FMI também é computada nas reservas no Banco Central.” BCB – PEDD/Reservas Internacionais.

¹⁹ “Refere-se ao saldo das operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil concedidas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), exclusive agências e subsidiárias de bancos brasileiros no exterior. Inclui operações com recursos livres e direcionados.” BCB - Informações Econômico-Financeiras/Séries Temporais – Metadados. Última atualização: 22/01/2007.

²⁰ Os saldos das operações de crédito divulgados pelo Banco Central do Brasil no plano regional correspondem a “...aproximadamente 90% da carteira de crédito das instituições financeiras.” Por isto, os valores monetários contidos na tabela nº 38 são estimativas obtidas, antes do seu deflacionamento, pela razão entre os valores divulgados e o fator 0,9. BCB - Informações Econômico-Financeiras/Séries Temporais – Metadados. Última atualização: 22/01/2007.

²¹ Os dados de contas regionais só foram divulgados até 2009. O valor do PIB considerado para 2010 é uma estimativa realizada pelo BNB/ETENE.

²² Consistem em operações de crédito, sob várias modalidades, realizada pelas instituições financeiras, Informações Econômico-Financeiras em que as concessões ao público estão desvinculadas das políticas de direcionamento de crédito do governo.

²³ Representam operações em que as concessões estão vinculadas (direcionadas) ao investimento produtivo de médio e longo prazo em áreas estratégicas do ponto de vista de política governamental, os de infra

estrutura, rural, exportador, habitacional, além de provimento para micro e pequenas empresas. BCB - Informações Econômico-Financeiras/Séries Temporais – Metadados. Última atualização: 07/11/2008.

²⁴ FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos. É uma linha de crédito destinada à produção e comercialização desses produtos fabricados no Brasil, concedida pelo BNDES